REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

1994 - PORTO ALEGRE - RS - BRASIL

130

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

130

1994 – PORTO ALEGRE – RS – BRASIL

Pede-se permuta
Pidese canje
On demande exchange
We ask for exchange
Si richiede lo scambio
Wir bitten um austausch

Instituto Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul
Rua Riachuelo, 1317
Caixa Postal, 359
90010-271 – Porto Alegre – RS
Brasil

Selo
Stamp

Ao

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
– IHGRGS –

Rua Riachuelo, 1317
Caixa Postal, 359
90010-271 – PORTO ALEGRE – RS
BRASIL

Remetente
Sender

.....

nome *name*

.....

endereço *address*

.....

cidade e Estado *city and State*

.....

País *Country*

Senhores:
Dear Sirs:

Queiram ter a gentileza de preencher o presente, devolvendo-o ao IHGRGS, a fim de que não haja interrupção na remessa do número seguinte de sua Revista.

Please complete requested below and return to us, so that we can send you the next number of Revista do IHGRGS.

1. Recebemos e agradecemos – Revista do IHGRGS – Nº 130-1994
   We have received:

2. Faltam-nos:
   We are in want of:

3. Enviamos em permuta:
   We send you in exchange:

   Local e data:
   City and date:

   Assinatura:
   Signature:

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

(Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 4.373, de 24/11/1921, Decreto Estadual nº 16.565, de 15/4/1964 e Decreto Municipal nº 2.464. de 10/12/1962).

Sede social – Rua Riachuelo, 1317 – Caixa Postal 359
Telefone – 224-3760
90010-271 – Porto Alegre – RS – Brasil.

Diretoria (Biênio 1994 – 1996)
Presidente – Luís Alberto Cibils
1º Vice-Presidente – Francisco Riopardense de Macedo
2º Vice-Presidente – Earle Diniz Macarthy Moreira
Secretário Geral – Corálio Bragança Pardo Cabeda
Secretário – Braz Augusto Aquino Brancato
Tesoureiro Geral – Lothar Francisco Hessel
Tesoureiro – Paulo Xavier
Orador – Fernando A. Miranda O'Donnell
Responsável pela Biblioteca – Sérgio da Costa Franco

Conselho Fiscal
Carlos de Souza Moraes
Hélio Moro Mariante
Laudelino Teixeira de Medeiros

Comissão da Revista
Coralio Bragança Pardo Cabeda
Hélio Moro Mariante
Sérgio da Costa Franco

MEMBROS EFETIVOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RGS

Arno Alvarez Kern
Arthur Ferreira Filho
Arthur Rabuske
Braz Augusto Aquino Brancato
Carlos de Souza Moraes
Carlos Reverbel
Corálio Bragança Pardo Cabeda
Dante de Laytano
Earle Diniz Macarthy Moreira
Fernando O. Miranda O'Donnell
Francisco Riopardense de Macedo
Gervásio Rodrigo Neves
Hélio Moro Mariante
Laudelino Teixeira de Medeiros
Lothar Francisco Hessel
Luís Alberto Cibils
Luiz Carlos Barbosa Lessa
Moacyr Domingues
Moacyr Flores
Mozart Pereira Soares
Paulo J. P. Xavier
Raphael Copstein
Ruben Neis
Ruy Ruben Ruschel
Sérgio da Costa Franco
Vicente Scherer

SUMÁRIO

Primeira Parte
Paulo Xavier
Observações Econômicas de Moniz Barreto 11
Laudelino T. Medeiros
A Pacificação do Rio Grande (tentativas) 33
Coralio Bragança Pardo Cabeda
José Antônio Martins, Pioneiro Esquecido do Desenvolvimento da Campanha Rio-Grandense 53
Pe. Arthur Rabuske S. J.
Um Documento Inédito sobre os "Mucker" do Ferrabraz 63
Tarcísio Antônio Costa Taborda
Cem Anos do Cerco de Bagé 71
(com nota explicativa de Coralio Bragança Pardo Cabeda)
Raphael Copstein
Colonização Judaica, Noventa Anos Depois 85
Hélio Moro Mariante
Osvaldo Aranha, o Lidador 93
F. Riopardense de Macedo
Conceito e Classificação de Bens Culturais 104
Luís Alberto Cibils
A sede do Instituto Histórico e Geográfico 109
Gervásio Rodrigo Neves e Sylvia Helena Ayres Chaves
Contrastes demográficos do Rio Grande do Sul, taxas brutas de crescimento demográfico: o esvaziado e o cheio 114

Segunda Parte

Noticiário:

– Eleição da diretoria para o biênio 1994/96 124
– Instituição de contribuição social 124
– Enriquecimento do acervo documental 124
– Cooperação entre o IHGRGS e a UFRGS 125
– Encontro de História e Geografia do Prata 128
– Notícia biográfica de Castilhos Goycochêa 133
– Novo membro efetivo 137
– Incorporação da biblioteca do Desembargador Lourenço Mário Prunes 137
– Falecimento de membros efetivos 137

Terceira Parte

(Transcrição de documentos do arquivo do IHGRGS)

Fundo Visconde de São Leopoldo 141
Fundo Visconde de Pelotas 143
Fundo Borges de Medeiros 149

PRIMEIRA PARTE

OBSERVAÇÕES ECONÔMICAS DE MONIZ BARRETO

Paulo Xavier

Alguns historiadores, modernamente, têm se preocupado em reunir textos (ou súmulas) e informações sobre os autores de depoimentos a respeito do Rio Grande do Sul para facilitar o acesso de estudiosos de nosso processo cultural às fontes primárias. Como Abeillard Barreto em sua importantíssima *Bibliografia Sul-Riograndense*, publicada sob os auspícios do Conselho Federal de Cultura, em dois alentados volumes (1973 e 1976), onde reuniu somente autores estrangeiros.

Também Guilhermino Cesar, nosso saudoso confrade, com o meritório trabalho *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul* (1969), editado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1969), reuniu textos de vinte e quatro depoimentos sobre a formação luso-brasileira de nosso Estado. Abrange um período de duzentos anos que vai de 1605 a 1801. Pôs, desta maneira, textos raros e/ou pouco acessíveis à disposição dos interessados em rever nossos estudos históricos.

Destaques maiores merecem o depoimento de Domingos Alves Branco Moniz Barreto, incluído nos *Primeiros Cronistas*... para alargarmos a visão daquele baiano e projetos apontados para tornar esta região útil ao desenvolvimento da coroa portuguesa. Intitulou Moniz Barreto seu trabalho *Observações* Relativas à Agricultura, Comércio e Navegação do Continente do Rio Grande de São Pedro, no Brasil e dividiu-o em três partes: I - Introdução; II - Descrição e III - Providências políticas e econômicas para o melhoramento deste Continente.

O mestre Guilhermino Cesar centrou o depoimento de Moniz Barreto "à descrição dos principais centros urbanos de então". Podemos, inicialmente, ampliar as informações biográficas, acrescendo alguns dados genealógicos. Moniz Barreto era natural de Salvador, BA, e faleceu no Rio de Janeiro, em 19-VII-1831. Filho do Capitão Domingos Alves Branco e de d. Mariana da Glória Moniz Barreto. Procedia de família tradicional baiana, originada com Francisco Moniz Barreto, nascido em

Angra do Heroísmo, ilha Terceira (Açores), em 7-X-1679 que passou para o Brasil, fixando-se na Bahia.

Nosso observador econômico também teve atuação militar, reformando-se no posto de Tenente General com honras de Conselheiro de Guerra (dec. de 25.VIII.1830). Além de sua presença no Rio Grande, no início da carreira, esteve também na Cisplatina, servindo como secretário do governo militar, em Montevideo (1816); tomou parte ativa na consolidação da independência (1822), como maçon da linha chefiada por Gonçalves Ledo; foi orador do Grande Oriente Maçônico e vogal do Conselho Supremo Militar (1823).

Domingos Alves Branco Moniz Barreto veio para o sul, servindo no Regimento de Extremoz (1774) para a expulsão dos castelhanos, invasores de Rio Grande, desde 1763. Informa-nos terem sido suas observações "... formadas segundo o estado em que deixei aquele Continente no ano de 1778."

Um dado muito significativo devemos ajuntar desde logo. Moniz Barreto casou em Porto Alegre, a 9 de setembro de 1776 com d. Francisca Velosa da Fontoura (nossa parenta), nascida em Rio Pardo, RS (1763), filha do Cel. Francisco Barreto Pereira Pinto, n. cerca de 1708, na freguesia de Lagoalva, Terra da Freira, bispado de Coimbra e falecido em Viamão, 21-III-1775 e de d. Francisca Velosa da Fontoura, n. cerca de 1729, na freguesia de Congonhas do Campo, Sabará, MG; neta pat de Capitão-mor Manoel dos Santos Barreto e de d. Madalena Maria Pereira Pinto, naturais de Terra da Feira.

Houve geração.

O Cel. Francisco Barreto Pereira Pinto foi distinto militar que veio para o Brasil (1726) e iniciou sua carreira em Minas Gerais, alistando-se no Regimento de Dragões daquela Capitania. Transferiu-se para o Rio Grande de São Pedro com sua unidade (1736) já como tenente; passou depois a servir em Rio Pardo. Tomou parte na Guerra Guaranítica (1752-56); foi comandante da Fronteira de Rio Pardo (1755); Governador (interino) do Continente do Rio Grande de São Pedro (1763); participou da Guerra do Sul (1763-77), organizando a resistência para restaurar a vila de Rio Grande, ocupada pelos castelhanos.

Quando resolveu passar para o Brasil providenciou documentar sua nobre ascendência, registrando Carta de Brasão de Armas como descendente de Domingos Leitão Pereira, brasonado em 1705, descendente de Columbano Pinto "fidalgo de cota d'armas, senhor da Torre de Vila de Sande". Seus méritos alcançados aqui na América foram reconhecidos (Atestado passado em 20-VIII-1798) pelo Provedor da Fazenda, nos seguintes termos: "O Cel. Francisco Pereira Pinto, cujo nome será eterno neste Continente, pelo bem que sempre serviu à Sua Majestade, independência com que sempre exerceu o comando que muitos anos teve na Fronteira de Rio Pardo... mereceu aceitação e louvor de todos os Governadores do Continente e dos ilustríssimos e excelentíssimos senhores Vice-reis deste Estado (Brasil)..."

Da leitura do texto de Moniz Barreto se recolhe muitas reflexões do autor. E

também o autor sugere alguns projetos e medidas administrativas merecedoras de serem, na época, executadas pelo governo. Não foram, porém, incluídas nos limites da amostragem transcrita por Guilhermino Cesar. Oferecemos, agora, à consideração dos estudiosos para mostrar o pensamento do autor das observações... com alguns comentários.

I

É conhecido o costume dos povoadores antigos do Brasil de plantar só em terras de mato, abandonadas tão logo não continuassem a render na produção como nos primeiros anos das sementeiras feitas em geral, descuidadamente. O maior rendimento das primeiras safras decorria da maior riqueza da terra pela acumulação de folhagem caduca, cobrindo a área de, aproximadamente, toda a extensão das raízes, por longos anos. Produzia-se, assim, após degradação natural, o desejado terreno humoso. Por esse processo a naturea reincorporava quase todas as substâncias nutrientes que lhe tinham sido retiradas pelo vegetal em seu pleno processo biológico.

As lavouras interrompiam o ciclo ecológico e, por isso, em breve, as terras pareciam perder seu poder de produzir colheitas excepcionais... Insatisfeiros abandonavam os improvisados agricultores as terras para repetir a devastação de novas porções de matos.

Exemplificamos esse defeito de lavradores paulistas do século XVIII, reproduzindo passagem de carta escrita em 13 de dezembro de 1766, pelo Governador de S. Paulo, d. Luiz Antonio de Souza Botelho (morgado Mateus) ao ministro Conde de Oeiras (depois marquês do Pombal):

> "... acabado o mato pretendem outra sesmaria para outra parte, abandonando aquela terra por inútil para nunca mais servir nem fortificar... E o pior (acrescenta logo) é que por seguirem o engodo do mato, largam a habitação... e vão atraz do mato..." (cf. "Prata e Lavoura Paulista" - Paulo Xavier in Suplemento Rural do *Correio do Povo*, ed. de 10-I-1975).

Verificando o mesmo vício dos agricultores do Rio Grande do Sul, Moniz Barreto, em 1778, assim recomenda:

> "Deve-se a todos dar uma precisa instrução de melhor modo de cultivar que se não segue no Brasil, sendo um deles - e o pior - o do desampararem as terras uma vez que lhes não produzem o mesmo que nos primeiros anos em que estavam em todo seu vigor, chegando por isso até cortar-se extensas matas de bons paus das três qualidades (sic) necessárias para se plantar naquele espaço milho, feijão, etc., cuja importância, em vinte anos, não é capaz de pagar a destruição que, sem necessidade, se fez e que se podia evitar, preparando-se as terras com as

misturas que devem concorrer para a sua vegetação, sendo que é mais próprio deste Continente, o estrume dos animais de que há grande quantidade e de folhas muito próprias para as misturas e, por meio da fermentação, poderem se conservar os terrenos produzindo, com a vantagem, em um mesmo lugar."

Como vemos, sua primeira recomendação era que se ensinasse nosso agricultor o bom uso da terra e como ajudá-la a se recompor. Denuncia, também, a permanência aqui da exploração agrícola espoliadora em tudo semelhante à operada, na época, em São Paulo, revelada no texto, parcialmente, reproduzido da carta oficial acima citada, onde aparecem quase as mesmas palavras. Chama ainda nossa atenção sua comparação valorativa das madeiras sacrificadas para, no mesmo espaço produzir milho e feijão... "cuja importância, em vinte anos, não é capaz de pagar a destruição..." .

Na verdade de tudo isso ressalta que o autor estava consciente da estreita relação ser vivo-meio ambiente que constitui o fundamento da hoje tão difundida ecologia.

II

A Irlanda teve importante papel na preparação das carnes conservadas e por isso aparece bem cedo referida na documentação disponível sobre o início, no Prata, do aproveitamento do gado que enchia os campos circundantes da Colônia do Sacramento.

Já no alvorecer da indústria de carne de Buenos Aires, seis ingleses que ali tinham ido (1785) para instalar a pesca de baleia nas costas orientais da Patagônia, resolveram convocar irlandeses para a exploração das carnes salgadas em grande escala (cf. "*História de la ganaderia argentina*" de Prudêncio de la C. Mendoza, B. Aires, 1928).

Pois, Moniz Barreto, dez anos antes, escreveu no capítulo intitulado "Providências políticas e econômicas para o melhoramento deste Continente" (cujo texto também não está reproduzido **in** Primeiros Cronistas...) reúne informes reveladores de sua acuidade. Principia dizendo:

> "Tendo pois, claramente, mostrado as vantagens deste rico Continente, a benignidade de seu clima, as boas qualidades do terreno e de seus habitantes, resta-nos agora fazer ver, quanto possível, a fraqueza de meus talentos, o meio por que Sua Majestade pode tirar dele as maiores utilidades e, fazendo ao mesmo tempo, felizes a seus fiéis vassalos que tanto confiam em seu sábio e poderoso governo..."

Como vemos, decisivamente, enamorara-se não só da gauchinha com quem se casou e teve prole, mas também da terra de sua eleita.

Seguindo o texto, encontramos logo essa afirmativa:

"Um importante ramo de comércio se pode alí estabelecer. Este é o das **carnes salgadas** que devem ser exportadas a este Reino, em lugar das que vêm de Irlanda, sem necessidade alguma e por muito maior preço do que podem ali custar. Do mesmo modo quantidade de sebo de que pode fornecer o Reino, sem dependência do que vem da Rússia, e assim também cabelo de cauda e crina..."

Assim, já em 1778, o baiano Moniz Barreto que como um bom observador econômico nos visitou, advertiu sobre a possibilidade do Rio Grande concorrer com outros países europeus e, particularmente, com os adiantados irlandeses no fornecimento de carne conservada para Portugal. Ora, essa data também é precoce no processo histórico da economia saladeril. Quando estruturamos o artigo "Salga de Carne" (**in** Suplemento Rural do *Correio do Povo*, ed. de 15-III-1974) mostramos o empenho do Governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, em fins dos setecentos, de instalar, urgentemente, um estabelecimento de carnes salgadas, no Continente. Também apontamos a correspondência do ministro português para o vice-rei do Brasil, datado em 22-IV-1799, recomendando se facilitasse a passagem dos irlandeses João e Diogo Whechy, Pedro O'Donell e Florêncio Mac Carthy "...que vão ao Rio Grande **salgar carnes e curtir couros, fazer manteiga e velas de sebo**... (grifamos).

Pois este grupo de irlandeses, sem dúvida, se constituiu, neste sul da América, pioneiro na técnica da industrialização de matéria-prima da campanha rio-grandense.

Embora ainda carentes de maiores informações sobre o trabalho desses irlandeses, sabemos que, logo em seguida, já existiam fábricas de carnes para exportação, entre nós. Manoel Antonio de Magalhães testemunha, em 1808, que operavam

"... duas fábricas de salgas de carne que, anualmente, exportavam 3.000 barris de 8 a 9 arrobas, cada um (cerca de 360 a 405 toneladas), devendo-se este grande interessante estabelecimento a João Rodrigues Pereira de Almeida & Cia. que **mandou vir mestres da Irlanda**' (grifamos) cf. "Almanaque da Vila de Porto Alegre" **in** Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1867, tomo XXX, 1ª Parte, Vol. 34, pags. 43 e ss.)

A eles teria se referido o governador Veiga Cabral da Câmara ao pedir "... facilitasse (o governo) a passagem dos irlandeses..." acima indicada.

Sem dúvida, fica claro a presença de irlandeses nos primórdios da industrialização de nossa carne.

Preocupado com temas de nossa economia, tão ausentes sempre na maioria dos autores, temos em anos passados, procurado balisar os principais momentos das atividades industriais da campanha rio-grandense. Já mostramos a impropriedade de se datar o início das charqueadas, em 1780. Todos os que, maduramente, estudam o problema, descobrem que antes mesmo de se estabelecer aqui governo permanente, já os **gaudérios** auxiliavam os primeiros desbravadores destas terras na elabora-

ção de matéria de comércio, representada por **couros** e também **sebo** e até **carnes conservadas**. Esta, particularmente, muito serviu, ainda que obtida por processo primitivo, recolhido durante os primeiros contatos e trocas culturais com o índio do altiplano andino. A origem do processo, porém, ficou para sempre denunciado na denominação que prevaleceu: charque.

A carne conservada, rusticamente, até serviu de atrativos para nosso povoamento, quando autoridades de Laguna, SC, propalavam as boas perspectivas das terras do "Continente", afirmando que já tinham embarcado para os portos de Santos e Rio de Janeiro, **carnes salmouradas** das campanhas do sul...

O local que, em 1775, o marechal Funk assinalou no mapa, então levantado da costa rio-grandense, exatamente, denominado como Charqueada Velha, foi a sede de primitivo estabelecimento industrial (como comprovamos, documentalmente, cf. "Um cearense iniciador de nossas charqueadas?" **in** Caderno de Sábado - Correio do Povo ed. de 11-XII-1971) operada por Cristóvão Pereira de Abreu, por volta de 1732... Ora este ponto escolhido, não por acaso, ficava à margem do caminho, apenas esboçado, que ligava Laguna, SC, à Colônia do Sacramento, de cujos arredores traziam os velhos tropeiros gado para abastecimento da "célula mater" rio-grandense.

É sabido que a charqueada foi sempre uma atividade desenvolvida pelos primeiros povoadores e esteve presente em toda estância gaúcha, para prover de carne sua gente durante o intervalo das carneadas (cf. "Estância" in **Rio Grande do Sul Terra e Povo**, ed. Globo, Porto Alegre, 1ª ed. 1964; 2ª ed. 1969, pág. 79).

Igualmente, pensamos estar já provado, o erro dos renitentes defensores de uma primeira charqueada ter sido a de José Pinto Martins, em Pelotas.

Conforme revelam em nossas pesquisas, o próprio Pinto Martins em seu testamento, afirma ter nascido na freguesia de Meixomel, no Porto, desmentindo a todos que o apontaram como cearense, natural de Aracati...

Não se concretizou, é verdade, a aspiração de Moniz Barreto de o Rio Grande competir com a Irlanda no fornecimento de carne a Portugal, ou com a Rússia, em sebo, cabelo.... Mas, sem dúvida, os irlandeses se vincularam, intimamente, às atividades de preparação das carnes conservadas, não só no Prata, como na ampla campanha gaúcha.

III

Muitas vezes ouvimos - e até repetimos - que certas pessoas só criticam, sem mostrarem que são capazes de produzir melhores trabalhos.

Esta asserção é mais antiga do que pensamos. Está presente, por exemplo, nas observações... de Moniz Barreto. De fato se lê na introdução de seu trabalho:

> "... exponho a curiosidade pública, sem temor daqueles que só se reputam sábios quando desdenham das composições alheias..."

O autor se propunha difundir ou

> "... noticiar o grande proveito que se pode tirar da agricultura, do comércio e navegação de um abandonado país, qual é o admirável Continente do Rio Grande de São Pedro."

E também

> "... instruir os negociantes para que possam fazer as especulações e cálculos sobre o comércio das suas abundantes e ricas produções e pródigos efeitos."

Éramos, pois, elogiados porque desejáveis pelo interesse de grandes lucros que poderíamos propiciar.

Assim seu trabalho espelha preocupações da época, ainda empolgada com o mercantilismo, doutrina em que o Estado assumia o mando da economia nacional para aumentar seu próprio poder, distribuindo favores apoiado no direito monopolista. Portugal que madrugara como estado mercantil, alcançará ascendência comercial na primeira metade do século XVI, semeando colônias coletoras pelos quatro cantos do mundo. Mas não teve condições de preservar tão extensos domínios e, por isso, logo começou a perder suas áreas produtoras de riquezas e com elas seu poder como nação.

O pensamento mercantilista de Moniz Barreto ainda está presente nesta passagem da introdução de seu estudo econômico sobre o Rio Grande:

> " O comércio e a agricultura que têm por objeto manter o Estado
>
> — este fazendo produzir em abundância os efeitos próprios do país, e aquele fazendo exportar os que lhe são supérfluos para outros países florescer sem que a indústria dos seus habitantes seja protegida pelos soberanos, a quem compete procurar-lhes as suas comodidades e vantagens, das quais resulta um proveito em geral que faz respeitar a nação."
>
> "Em parte alguma, creio, poderiam estes indispensáveis objetos chegar à sua maior perfeição que em Portugal, não só pela situação local dos seus portos e comodidades próprias que em si tem, mas pelas que se encontram nas ricas produções das admiráveis conquistas do Brasil."

Eis aí apoiamento histórico para o criticado ufanismo de nossos dias.

Em época bem próxima a de Moniz Barreto, Portugal sofrera sucessivas crises que abalaram profundamente sua economia, como no reinado de D. João V (1706-50). Isto determinou exaustivos esforços do ministro de D. José (1750-77) – Sebastião José de Carvalho e Melo – para organizar a produção da colônia da América e sua interação na economia metropolitana.

Ao se referir aos moradores das imediações de Porto Alegre, Moniz Barreto destaca os localizados às margens do Rio dos Sinos, como fornecedores de carne de charque (sic). Em nota de pé de página esclarece o autor que se trata de "Carne Seca, somente, ao sol, sem sal algum, de muita duração e saborosa." Isto nos mostra (se verdadeira a indicação) de que aqui no Rio Grande, se empregava à época, o primitivo processo dos Incas a que já nos referimos.

De fato o índio pré-colombiano, parece, não usava sal no preparo de **charque** (grafia preservada em diferentes áreas das colonias espanholas da América) confiado em seu clima de montanha, cuja secura do ar e baixa temperatura, dispensava outro processo conservador.

Mas em nosso clima, como aliás em toda a mesopotâmia paraguaia e grande parte do pampa platino, passou a ser fundamental o emprego do sal no preparo da carne conservada, apoiando-se nas qualidades antipútridas e higroscópicas do complexo salino, tão necessário para impedir a desova e desenvolvimento das larvas de mosca e à simultânea desidratação da carne.

O uso do sal pelo homem começa nos períodos mais antigos da pré-histórias. Surpreenderam-nos os caçadores em certos locais como ponto de concentração de animais. Eram afloramentos de jazidas de sal por eles buscados para complemento de suas necessidades biológicas. Logo os primitivos descobriram suas qualidades conservadoras de alimentos entre muitas outras que desenvolveram. Por isso a posse do sal passou a ser artigo de comércio e trocas, fazendo-se dele transportes em grandes distâncias. Muitos estudiosos, em vista disto, consideram estas transações como as causas do desenvolvimento do comércio internacional e fixação dos primeiros roteiros de comunicação.

O sal produzido na região de Setubal tornou-se importante para as trocas comerciais de Portugal. A Holanda, principalmente, utilizou-se desse sal em larga escala para suas indústrias de pescado e de laticínios. Os navios que buscavam sal em Portugal iam antes aos portos espanhóis negociar seus produtos. Obtinham com eles a prata, tão cobiçada no comércio de trocas (como dinheiro) com a qual pagavam seus carregamentos de sal bem como outras mercadorias portuguesas. Tão grande era a significação deste comércio que alguns estudiosos da macroeconomia histórica nos asseguram que não se compreenderiam aspectos da economia de Portugal, no século XVII, sem o sal de Setubal.

Não é por acaso, pois, que o nosso observador econômico de 1778 recomende que os navios encarregados do comércio e transportes da produção rio-grandense, deviam trazer, como lastro,

> "...o sal de Setubal que é o melhor não só para o consumo diário, mas para **salgar** (grifamos) o que de outro modo se não pode transportar para esse Reino..."

Assim, se executado o plano econômico de Moniz Barreto, nossos charqueadores teriam usado o sal de Setubal ao em vez do de Cadiz ou de outro local, para a elaboração do charque rio-grandense, destinado ou não a exportação.

IV

Moniz Barreto colheu suas observações, em quatro anos, mais ou menos, enquanto servia como oficial às ordens do Marechal João Henrique Boehn, empenhado na reconquista da Vila de Rio Grande, ocupada desde 1763 pelos espanhóis. Alcançado o objetivo militar com a posse definitiva de todo o território rio-grandense, retornaram os regimentos expedicionários ao Rio de Janeiro, em 1778. Foi quando Moniz Barreto elaborou suas observações que estamos respingando, passados mais de duzentos anos.

Entre as providências que entendia necessárias ao desenvolvimento rio-grandense se encontra uma relativa a seu primitivo sistema viário.

Urgia, segundo ele

> "...que hajam de fazer-se, de modo possível, não só pontes, ainda que sejam de madeira, nos pequenos lugares pantanosos e barcas onde não for possível fazerem-se as mesmas pontes, mas abrir caminhos que façam com menos custo e brevidade chegarem à bordo dos rios víveres e gêneros dos agricultores que estiverem concentrados pela terra a dentro, e o mais que se deve cuidar é da conservação destas necessárias providências."

Preocupa-se, assim, com os agricultores estabelecidos afastados das vias de comunicação naturais por terem os criadores se apossado já dos campos ribeirinhos. Ocorre-nos aqui lembrar observações feitas, poucos anos depois, pelo Governador Paulo José da Silva Gama (em 1803) ao constatar a ocupação de terras junto aos principais rios navegáveis, em detrimento dos agricultores. Disse Paulo Gama em relatório oficial: "muito embora se promova a criação dos gados nas serras, onde é difícil a condução dos produtos das terras, porém, terem-se dado estas grandes porções de terras nas margens dos rios navegáveis e junto ao mar, donde com toda a facilidade se pode conduzir o trigo, o linho, os grãos e todo o gênero de frutos de cuja produção fossem capazes ditas terras; e servirem-se delas os possuidores para a criação de gado é um procedimento intolerável, digno de **reforma**...(sic)

Moniz Barreto visava a exportação dos produtos agrícolas rio-grandenses para o comércio em Portugal. Tendo presente as dificuldades de nosso único embarcadouro marítimo completa a análise dos caminhos, recomendando:

> "...que se cultive a navegação em direitura aos portos desse reino sem que possa servir de obstáculo o não poderem navegar pela sua barra mais que embarcações pequenas, e ainda estas com algum risco. Para isso, deve-se fazer um depósito ou armazém geral na ilha de Santa

> Catarina, transportando-se as produções da principal vila de São Pedro e das vizinhanças em embarcações pequenas para aquele dito armazém, e as produções que ficarem no centro do Continente, como as do Rio Pardo, Porto Alegre, etc., uma pequena parte pode também ser conduzida em embarcações adequadas àquela barra, e a maior parte, principalmente, couros, por terra em grandes carretas de que já há princípio naquele Continente e que não dá detrimento algum pela abundância de bois que ali há com que devem ser rodadas, sendo dirigidas à vila de Laguna, donde em pequenas sumacas e lanchas podem ser conduzidas em menos de 12 e o mais de 24 horas, ao posto principal que deve ser o da ilha de Santa Catarina, como dito tenho, entrando pela Barra do Sul."

Fica patente, pelos excertos transcritos, sua preocupação com a rede de transportes, deficientes na época, incapaz de atender seus projetos de captar e despachar, diretamente, para Portugal a produção agropecuária rio-grandense.

Por isso entendia que se devia fazer logo "pontes, ainda que sejam de madeira... e barcas, onde não for possível fazer-se as mesmas pontes..."

Além disso surpreendeu a significativa função de Porto Alegre e Rio Pardo, como coletoras da produção exportável de onde, por isso deviam ser carregadas ou para o Rio Grande ou, diretamente, para Laguna.

Percebe-se, ainda, que visava uma recuperação do setor produtivo da região envolvida em guerra durante suas observações, pois, além de Rio Grande, também a ilha de Santa Catarina estivera ocupada pelos espanhóis até 31-VII-1778.

Por tudo isto devemos uma vez mais valorizar as OBSERVAÇÕES...de Domingos Alves Branco Moniz Barreto que com seu plano de extrair a produção rio-grandense para dinamizar seu desenvolvimento concentrava no porto permanente e seguro de Desterro (Florianópolis de hoje) o pólo exportador, numa visão bem ampla das possibilidades produtivas desse extremo sul.

V

A formulação oficial de pedido para se elevar o Rio Grande do Sul a Capitania Geral partiu do governador Paulo José da Silva Gama, quando em 04 de dezembro de 1803 dirigiu correspondência, pleiteando a criação de quatro vilas (Rio Grande, Porto Alegre, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha).

Talvez, então, já tivesse notícias dos estudos econômicos e financeiros sobre as possibilidades do Rio Grande do Sul desenvolvidos por Domingos José Marques Fernandes (1770-1845) que desde sua chegada (1798) aqui exercia o cargo de escrivão das Sesmarias.

Devemos ao menos supor que, no princípio desse ano de 1803 estivessem já coligidos os dados econômicos básicos para a "Descrição corográfica, política, civil

e militar da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul" que Marques Fernandes redigiu e dedicou, em 1804 ao príncipe Dom João. Nela o autor mostrava a "necessidade de se criarem vilas" em seis sítios dotados de condições fundamentais de desenvolvimento que incluía, além das indicadas por Paulo Gama, mais Pelotas e Cachoeira.

Ambos os textos, embora fossem redigidos como sugestões para o governo Português criar vilas, sempre foram entendidos como propostas de emancipação do Rio Grande em Capitania Geral independente. Isto mesmo se depreende da simples leitura da correspondência então trocada pelas autoridades.

Dom João, antes de acolher a proposta de seu administrador, remeteu-lhe o trabalho de Marques Fernandes para que Paulo Gama opinasse. Este, visivelmente, enciumado, logo respondeu, fazendo remissão expressa a seu ofício em que analisara o desenvolvimento demográfico e necessidades de ordenamento dos serviços judiciários em todo o Continente, com a criação das quatro vilas propostas.

Em sua resposta se pode ler: "Na previsão expedida pelo Conselho Ultramarino, de 14 de junho do ano passado e recebida em 23 de dezembro do mesmo ano foi V.A.R., servido ordenar-me informasse sobre o conteúdo na representação de Domingos José Marques Fernandes que por cópia se me remetera nas costas da mesma Provião, respeito a necessidade que há de se criarem, nesta Capitania, seis vilas nos sítios referidos na mesma representação." Sobre o que devo dizer que já em ofício de 04 de dezembro de 1803, mostrei, expondo a V.A.R., tanto pela Secretaria de Estado como pelo Conselho Ultramarino, a perturbação contínua em que viviam os povos desta Capitania, espalhados em vasta superfície de 4.500 léguas, cada uma quadrada, com uma só vila..."

O texto de Marques Fernandes foi muito valorizado pelo historiador De Paranhos Antunes quando o divulgou nas páginas de PESQUISA (História) Ano V, nº 15, 1961, editado pelo Instituto Anchietano de Pesquisa. Ali o considera De Paranhos Antunes "A primeira História Gaúcha."

Entretanto, como adverte Abeillard Barreto (Cf. BIBLIOGRAFIA SUL RIOGRANDENSE, vol. 1º, 1973) já muito antes, outro funcionário da coroa, Sebastião Francisco Bettamio, em 1780, tinha elaborado trabalho com informações semelhantes e, principalmente, julgando-o "bastante superior."

À vista de tudo isto devemos valorizar a contribuição de Domingos Alves Branco Moniz Barreto que antecipa-se a todos estes trabalhos referidos com sua proposta.

De suas "OBSERVAÇÕES..." que temos destacado já os aspectos econômicos, salta, surpreendentemente, uma pioneira proposta emanciapacionista em forma acabada e perfeita, ao criticar a dependência administrativa do Rio Grande à Capitania do Rio de Janeiro.

Vejamos os termos de sua análise da situação do Rio Grande, onde uma rede de capelas, fundadas pelos povoadores, aglutinavam moradores permanentes, nucleando diversas povoações isoladas na vastidão da campanha.

"É, indubitavelmente, certo (diz ele) que este Continente, com um grande defeito ou erro de política, ainda existe retalhado em várias povoações com denominações de vila, sendo o governo delas sujeito ao da capital do Brasil, cuja dependência é que o tem posto decadente, além de outros motivos."

Responsabilizava, assim, pelo atraso de nosso desenvolvimento o fato de se encontrar a sede decisória tão distante.

Era natural mesmo que os administradores do Rio de Janeiro, envolvidos por numerosos problemas de toda a ordem relegassem a solução dos reclamados pelo distante Rio Grande.

Moniz Barreto invoca logo um exemplo histórico como precedente para que fosse entendida e promovida a emancipação rio-grandense.

"As primeiras Capitanias do Brasil mereceram se lhe desse esse nome com menos circunstâncias e sem que prometessem tantas utilidades à Real Coroa."

Portanto, fica assim, claramente expressa sua proposta de elevar-se Rio Grande à categotia de Capitania independente, apontando como títulos de merecimento todas as virtuais condições de área produtora capaz de enriquecer não só a economia do Brasil como a do Reino.

E completa sua argumentação:

Quando Sua Majestade se digne atender a pobreza daqueles moradores e por conseqüência, a ruína de um tão vasto continente, não estará conseguindo a felicidade somente em se criar de novo, sem outras ponderações, uma **Capitania separada e com governo independente** (grifamos) como deve ser , nomeando-lhe Sua Majestade Capitão General, Bispo, Ministros e mais empregos, assim civil e de fazenda como eclesiásticos."

Portanto, Moniz Barreto que escreveu este texto em 1778, antecipou-se em trinta anos à instalação da Capitania Geral do Rio Grande precedendo a todos os até aqui citados: Paulo Gama ou Marques Fernandes (1803) e Bettamio (1780), como patrono de nossa emancipação administrativa.

Além disso Moniz Barreto preconizou condições e qualidades especiais para o selecionamento do pessoal destinado à implantação do novo regime, augurando-nos futuro promissor expresso nestas palavras:

"Convém também que todos os que forem nomeados, sejam pessoas hábeis e escolhidas para promover uma nova criação ou para mais bem dizer, pessoas inteligentes como se necessita para semelhantes estabelecimentos e que as providências que se derem, além daquelas, sejam tão conformes entre si que por elas se consiga ver se este Reino, só pelo que respeita aquela parte de suas conquistas, rico poderoso e florescente."

APÊNDICE DOCUMENTAL

Observações relativas à agricultura, comércio e navegação do continente do Rio Grande de São Pedro no Brasil, por Domingos Alves Branco Moniz Barreto, cavalheiro professor da Ordem de S. Bento de Aviz e capitão de infantaria do regimento de Estremós[1].

Introdução

Estas informes observações que exponho à curiosidade pública, sem temor daqueles que só se reputam sábios quando desdenham das composições alheias, não só têm por fim noticiar o grande proveito que se pode tirar da agricultura, comércio e navegação de um abandonado e desprezado país, qual é o admirável continente do Rio Grande de São Pedro, mas também instruir os negociantes para que possam fazer as especulações e cálculos sobre o comércio das suas abundantes e ricas produções e pródigos efeitos.

A matéria exigia talentos e outros conhecimentos de que sou destituído. Porém, o desejo de ser útil à minha nação vigorou a minha insuficiência na certeza de que não será tão grande o meu crime que permita alguma favorável alegação, quando não seja para defender-me, ao menos para desculpar-me.

Advertência

Estas observações são formadas segundo o estado em que deixei aquele Continente no ano de 1778.

O comércio e a agricultura que têm por objeto manter o Estado – este fazendo produzir em abundância os efeitos próprios do país, e aquele fazendo exportar os que lhe são supérfluos para outros países, onde recebe do mesmo modo em troco os que lhe faltam – não podem florescer sem que a indústria dos seus habitantes seja protegida pelos soberanos, a quem compete procurar-lhes as suas comodidades e vantagens, das quais resulta um proveito em geral que faz respeitar a nação.

Em parte alguma, creio, poderiam estes indispensáveis objetos chegar à sua maior perfeição que em Portugal, não só pela situação local dos seus portos e comodidades próprias que em si têm, mas pelas que se encontram nas ricas produções das admiráveis conquistas do Brasil.

Deste descoberto, porém, se não tem tirado partido algum. Somente o ouro tem sido o objeto principal, em que constantemente se tem empregado o grande número de europeus que para ali passaram, perdendo-se, por outra parte, em muito mais do que tem importado o ouro extraído, quanto pode produzir o país, não só com a cultura de muitas produções ali desconhecidas, mas ainda das naturais e próprias dele.

Desde que o Brasil foi descoberto até agora, se têm contentado os senhores políticos deste Reino somente com as notícias da sua muita fertilidade, da bondade dos terrenos e do clima. O mais a que tem chegado a sua atividade é pedirem as amostras das produções e recolherem-se estas aos gabinetes, onde param como coisas raras até aquelas de uma grande abundância e que podiam fazer um grosso comércio, do qual fossem dependentes todas as nações.

Serve esta frouxidão de desculpa ao carunchoso sistema de muitos arbitristas da nação. Eles dizem que para segurar as mesmas conquistas convém ter bisonhos a maior parte, ou quase todos os seus habitantes, que se lhes não deve abrir caminho à sua civilização, que se lhes devem ocultar as utilidades próprias do terreno, e, ultimamente, que não devem ser ensinados a aperfeiçoar e dar a estimação que merecem as artes.

Deste manifesto engano, ou, para mais bem dizer, crasso erro, o qual eu com muito poucas palavras podia contraditar se primeiro me fosse concedida uma boa carta de seguro, tem procedido toda a decadência do Brasil, achando-se a maior parte dos terrenos por cultivar e por isso esse grande número de indigentes e de ociosos.

Entre as terras do Brasil, uma que oferece grandes e extraordinárias vantagens é o continente do Rio Grande de São Pedro. Este rico país ameno e deleitável, sem embargo da abundância das suas muitas produções, da sua fertilidade e benignidade de clima, os seus moradores (a maior parte deles) vivem indigentes por não poderem extrair o seu supérfluo.

Bem se vê que uma contradição semelhante não pode nascer senão da falta de uma mão vigorosa que facilite os meios para que as povoações se façam opulentas e faça desterrar os abusos que impedem a sua perfeição.

Os moradores mais ricos e poderosos deste Continente são os que possuem algumas fazendas que denominam estâncias. Estas abundam em gados, não tendo estes ali maior valor[a]. Todas as mais produções próprias daquele Continente são de grandes vantagens, sendo a de maior cultura, além de outras, o trigo, de que se podem carregar muitos navios como miudamente passo a mostrar.

Descrição geográfica de todo o Continente

A povoação principal deste Continente, que se denomina vila de São Pedro, está situada na latitude de 31° e 58' e na longitude de 334° e 25'. A sua barra é perigosa pelos muitos bancos mudáveis que tem de areia, segundo as enchentes e correntezas d'água. Passando este obstáculo, acham as embarcações um ótimo lagamar para se abrigarem e ancorarem. Dentro deste lagamar, acha-se uma grande ilha chamada do Marinheiro, muito fértil. Nela se encontram todos os auxílios necessários para se poder fazer naquele Continente uma bem regulada povoação.

Os nacionais deste Continente são dóceis, amáveis, sinceros e muito vigorosos para o trabalho. O seu torrão desde a barra que fica duas léguas de distância até a povoação é de areia. Na distância de duas léguas desde a barra até a povoação, pelo que pertence à parte do sul, se achavam vários redutos que hoje não existem.

O terreno que se segue para a parte das demarcações, desde a vila de São Pedro até o Povo Novo, que dista sete léguas, ainda é bastante arenoso, sendo as suas campinas retalhadas de muitos e torcidos ribeiros e de excelentes pastos para gados, pelas muitas estâncias que estão ali estabelecidas.

---

a) Nos campos que confinam com o Rio Pardo.

O terreno que se segue desde o Povo Novo até Taim, que fica distante vinte léguas e onde temos uma guarda nossa, é do mesmo modo fértil, e com as mesmas grandes fazendas de gado. Este terreno é muito próprio para se plantarem vinhas, que podem produzir em muita quantidade, ainda que me persuado Portugal não necessita deste socorro, por ter grande abundância deste gênero.

Desta guarda, em distância de trinta e cinco léguas, fica a fortaleza de Santa Teresa, pertencente ao espanhol, e que até que eu saí daquela fronteira fazia a demarcação do que ficamos de posse antes de se concluir a verdadeira linha de divisão.

Pelo que pertence às terras situadas na parte do norte, ou, para mais bem dizer, ali chamadas do estreito de São José do Norte, de que só estávamos de posse até a guerra de 1774, em que invadimos as terras do sul, são as mais férteis daquele Continente. Está toda povoada de estâncias de gado. É capaz para produzir em muita abundância todas as sementeiras de grão e muito particularmente para a cultura do linho. Ali, mais que em outra alguma parte, se conhecem todas as frutas da Europa, com mais abundância e mais bem sazonadas.

Daquele grande lagamar, de que já falei, nasceu um rio caudaloso que vai ter à vila de Porto Alegre, a qual, ficando situada quase no centro do Continente, dista da vila de São Pedro sessenta léguas, com pouca diferença. Esta aprazível habitação, que antes de ser criada vila se denominava Porto dos Casais, é a mais deleitável de todo o Continente[a]. Está situada em uma eminência e desta desce até as margens de um doce lago comunicado de aprazíveis rios, onde podem ancorar corvetas de muito bom lote e navios.

O torrão é um dos bons daquele Continente, e apesar de estar na segunda classe de cinco, chamados semelhantes terrenos por este grande naturalista medianamente férteis, por serem terras delgadas misturadas com alguma arreia, pelo contrário, além de produzirem quanto é próprio daquele país com abundância, não têm em si aquela excessiva mistura que se conclui em quase todo o Brasil de outras muitas ervas selvagens que roubam a fertilidade e a nutrição das que podem servir e servem.

Produz com abundância todas as frutas da Europa e com muito excesso pêssegos, pois até as divisões e cercas das estâncias e fazendas são de pessegueiros. Para a cultura do trigo é especial e produz muito mais que em outra alguma parte. Para o reduzir a farinha, além das muitas azenhas que para isso têm, inventaram uns moinhos de vento feitos de madeira sobre rodas, que se movem puxados por bois segundo sopram os ventos de uns para outros sítios. Há em todos os seus arrabaldes famosas estâncias de gado, e nestas grandes fábricas de queijos de muito bom gosto e duração à semelhança dos de Inglaterra.

Abunda o porto do seu rio em todos os sábados da semana de grandes canoas, carregadas de víveres e frutos conforme o tempo, de que prodigamente se alimentam os seus habitantes. Toda esta provisão desce de outras pequenas povoações que se comunicam ao porto principal por formosos e deleitáveis rios. Entre muitos, só farei lembrança dos mais notáveis.

Os moradores das margens do rio Taquari e da sua pequena povoação, ou freguesia,

---

a) Foi criada vila pelo governador Manuel Gomes de Sepúlveda no ano de 1772, abolindo-se a que havia denominada Viamão, distante deste porto quatro léguas a qual se acha abandonada e a maior parte dos seus edifícios danificados e caídos.

abundam o seu comércio de carnes de porcos, toucinhos, feijão, milho, arroz, queijos, manteiga, graxa[a], sebo e sabão, que tudo vendem por diminutos preços.

Os moradores do rio chamado do Sino, um dos mais deleitáveis deste distrito, por ficarem na margem do mesmo rio situadas as casas dos moradores, fornecem a povoação de hortaliça, carne em **charque**[b], as melhores frutas de espinho, melancias e de bons melões, querendo alguns que estes excedam aos que se produzem no estreito de São José do Norte, que não fazem invejar os bons de Portugal.

Os moradores do rio chamado da Aldeia dos Índios fornecem a terra de galinhas, caças de muitas qualidades e das melhores perdizes que há em todo Continente e ainda mais especiais no sabor e maiores que as da Europa, de louças para o consumo de cozinhas, telha e tijolos para o que têm ali estabelecido olarias, valendo-se para isso de excelentes argilas que têm nas suas vizinhanças não só para este fim, mas ainda para porcelana branca.

Os mais famosos nesta fábrica são os índios da mesma aldeia. Estes têm ali feito um gênero de república mais conforme que em todas as aldeias de índios, onde me tenha achado, observando-se em muita parte o sábio diretório que no ano de 1758 foi por Sua Majestade aprovado para os índios do Pará e Maranhão, cuja civilização devem ao governador que foi daquele Continente, Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda. Semeiam trigo, legumes e hortaliças. São muito hábeis para formarem jardins e coisas que no divertimento do campo causam galantaria. Todos os seus pomares são postos com simetria. Excedem a todas as outras povoações na criação de galinhas, perus, patos e pombos, sem mais trabalho que o das índias velhas que não podem cuidar de outra coisa.

Os povoadores do Rio Pardo e do porto que neste rio de novo abriram, e por isso denominada a sua povoação Freguesia Nova, levam toda a vantagem aos outros em estâncias de gados, bestas e cavalos e nisto empregam todo seu cuidado.

A grande multiplicação que há destes animais faz que sem embargo da grande extração que têm para as diferentes capitanias do Brasil e principalmente para a de São Paulo, pelo muito pouco que custa cada besta[c], se não sinta por isso falta alguma. A povoação em si é a mais informe de todo aquele Continente e poucas são as casas de telha que nela há, pois o comum é serem cobertas de palmas.

Há outros rios que se comunicam com este, de que não trato, por serem as suas margens de menos produções e povoadas de gente mais ociosa.

As campinas que vão pela fronteira do Rio Pardo ter à Santa Tecla, e depois tornam a pegar com Santa Teresa, são de imensos gados, em tanta cópia que não se podem fazer ferrar nem se sabe quem são seus donos. Este espaçoso caminho tem sido o teatro das façanhas do nosso grande Rafael Pinto Bandeira e de seu pai, de que ele tomou o nome e o exemplo das suas proezas.

---

a) Assim chamam a uma consistência, ou massa, que fazem de sebo e tutanos para guisar o comer.
b) Carne salgada e depois seca ao sol.
c) No tempo em que ali me achei, não custava uma mula ou macho, ainda que fosse escolhido, mais que 1$600 rs., uma vaca 800 rs., e um potro 1$ 600 rs., e o mais caro 1$ 800 rs.

As extensas matas que há neste Continente[a] abundam de bons paus de construção, de tinturaria e marchetaria. De mistura com estas árvores se encontram outras, cujos frutos silvestres, agradáveis à vista e ao paladar, ministram o sustento às engraçadas aves de diferentes e galantíssimas cores que pousam nos seus famosos galhos e à imensa caça que ali se encontra de veados, porcos, coelhos e outros animais só conhecidos no Brasil.

Providências políticas e econômicas para o melhoramento deste Continente

Tendo pois claramente mostrado as vantagens deste rico Continente, a benignidade do seu clima, as boas qualidades do terreno e dos seus habitantes, resta-me agora fazer ver quanto for possível a fraqueza dos meus talentos, o meio por que Sua Majestade pode tirar dele as maiores utilidades e fazendo ao mesmo tempo felizes aos seus fiéis vassalos, que tanto confiam no seu sábio e piedoso governo.

É indubitavelmente certo que este Continente, com um grande defeito ou erro de política, ainda existe retalhado em várias povoações, com a denominação de vilas, sendo o governo delas sujeito ao da capital do Brasil, cuja dependência é que o tem posto decadente, além de outros motivos.

As primeiras capitanias do Brasil mereceram se lhes desse esse nome com menos circunstâncias e sem que prometessem tantas utilidades à Real Coroa.

Quando Sua Majestade se digne atender à pobreza daqueles moradores e por conseqüência à ruína de um tão vasto continente, não estará conseguida a felicidade somente em se criar de novo, sem outras ponderações, uma capitania separada e com governo independente, como deve ser, nomeando-lhe Sua Majestade capitão general, bispo, ministros e mais empregos assim, civis e de Fazenda, como eclesiásticos. Convém também que todos os que forem nomeados sejam pessoas hábeis e escolhidas para promover uma nova criação ou, para mais bem dizer, pessoas inteligentes como se necessita para semelhantes estabelecimentos, e que as providências que se derem além daquelas sejam tão conformes entre si que por elas se consiga ver esse Reino, só pelo que respeita àquela parte das suas conquistas, rico, poderoso e florescente.

Para assim suceder, eu irei lembrando o que me ocorrer, ainda que com informidade de modo que seja percebido, supondo já a Sua Majestade na resolução de separar aquele Continente do governo da capital do Brasil sem o que todas as providências virão a ser de nenhum proveito, e, seguindo os artigo que irei substanciando, deles se poderá separar o inútil e recolher o útil.

1°) Que Sua Majestade seja servida ordenar que para aquela por mim já suposta capitania se lhe introduza uma boa porção de dinheiro de prata e cobre, que com diverso cunho e valor extrínseco possa correr somente em todo aquele Continente e ainda até a ilha de Santa Catarina, além do que também deve ali correr provincial em todo o Brasil.

Esta falta de moeda tem concorrido para a fraqueza do comércio e agricultura daquele Continente, porque sendo o dinheiro que ali gira o mesmo que corre geralmente em todo o

---

a) No centro do Continente e entre o Rio Pardo e a vila de Porto Alegre.

Brasil o que sucede é que os gêneros do país perdem o seu justo valor. O dinheiro que circula por ser muito pouco não supre a balança do comércio, e ainda assim, esse pouco todo se vai em remessas para o Rio de Janeiro e outras partes do Brasil. Deste modo, é evidente que um país onde se comercia somente a troco de gêneros não pode florescer de modo algum, porque todas as utilidades vêm a ser passivas e nenhuma ativa para a povoação.

Isto mesmo se conheceu nos primeiros séculos quando os próprios gêneros e efeitos corriam geralmente como moeda e por modo de câmbio se trocavam uns por outros. A impossibilidade de fazer isto sem graves perdas fez que primeiro os homens e depois os reis buscassem o modo de fabricar as moedas, que vem a ser o mesmo que um sinal geral. Este sinal pois tão necessário entre comércio e agricultura é o que falta naquele Continente.

2°) Que Sua Majestade mande fazer pronto e efetivo pagamento pelas três diferentes folhas: civil, eclesiástica e militar, cujos pagamentos não só se retardam, mas que nunca se fazem e principalmente pelo que respeita à tropa, a qual achando-se ali regulada, constando de um regimento de dragões, de uma legião de mil homens e de quatro companhias de artilharia, o pagamento porém dos seus soldos e fardamentos quase nunca lhes é feito.

Cessando pois esta impontualidade, a circulação do mesmo dinheiro vivificará todos os ramos públicos, e a mesma Fazenda Real sentirá um esforço e vigor pelos direitos que se devem estabelecer nas alfândegas com os quais possa efetivamente fazer semelhantes pagamentos, sem o que nada se poderá conseguir.

3°) Que se cultive a navegação em direitura aos portos deste Reino, sem que possa servir de obstáculo o não-poderem navegar pela sua barra mais que embarcações pequenas, e ainda estas com algum risco. Para isso deve-se fazer um depósito ou armazém geral na ilha de Santa Catarina, transportando-se as produções da principal vila de São Pedro e das suas vizinhança em embarcações pequenas para aquele dito armazém, e as produções que ficarem no centro do Continente, como as do Rio Pardo, Porto Alegre etc., uma pequena parte pode também ser conduzida em embarcações adequadas àquela barra, e a maior parte, principalmente couros, por terra em grandes carretas de que já há princípios naquele Continente e que não dá detrimento algum pela abundância de bois que ali há com que devem ser rodadas, sendo dirigidas à vila de Laguna, donde em pequenas sumacas e lanchas podem ser conduzidas em menos de 12, e o mais 24 horas, ao posto principal que deve ser o da ilha de Santa Catarina, como dito tenho, entrando pela barra do sul, havendo um grande cuidado no regresso que fizerem as embarcações do Reino à mesma ilha, que façam o seu lastro de sal de Setúbal, que é o melhor, não só para o consumo diário mas para salgar o que de outro modo se não pode transportar para esse Reino.

4°) Que Sua Majestade mande auxiliar todos aqueles assim europeus como americanos de outra qualquer capitania que quiserem ir ali se estabelecer, dando-lhes ajudas de custo para poderem fazer as suas primeiras habitações. Sem despesa maior e sem vexame da Fazenda Real se pode isto conseguir. Bastará mandar a todos os oleiros e fabricantes de cal que paguem dois ou três por 100 do que produzirem as suas fábricas, cuja cobrança deve ser feita em espécie e no mesmo gênero. Estes deverão ser recolhidos em armazéns que para isso se devem destinar e para deles se distribuir aos novos povoadores o que for necessário para edificar as suas casas, ficando só a despesa dos jornais por conta de cada um. Esta providência

bastará que tenha o seu devido efeito somente pelo tempo de dez anos, no fim dos quais também devem ser o fabricantes aliviados do imposto.

5°) Que as terras que estão por cultivar se dividam de diverso modo do que foram no princípio da repartição, observando-se primeiro a serventia própria dos terrenos não só para se transplantarem as produções que ali se desconhecem mas ainda onde fertilizam mais as do próprio Continente, de forma que as terras que não forem próprias para a criação dos gados se possam cultivar sem ficar espaço algum desocupado. Para isso é necessário que em lugar de haver muitas fazendas grandes, haja muitas pequenas, segundo as forças dos agricultores. Deve-se a todos dar uma precisa instrução do melhor modo de cultivar que se não segue em todo o Brasil, sendo um deles e o pior o de desampararem as terras uma vez que lhe não produzem o mesmo que nos primeiros anos em que estavam em todo seu vigor, chegando por isso até a cortarem-se extensas matas de bons paus das três qualidades necessárias, para se plantar, naquele espaço, milho, feijão etc., cuja importância em vinte anos não é capaz de pagar a destruição que sem necessidade se faz e que se podia evitar preparando-se as terras com as misturas que devem concorrer para a sua vegetação, sendo o que é mais próprio deste Continente o estrume dos animais de que há grande quantidade e de folhas muito próprias para se misturar e por meio da fomentação poderem-se conservar os terrenos, produzindo com a vantagem em um mesmo lugar.

Os mesmos agricultores se lhes devem dar gratuitamente nos primeiros dois anos ferramentas para o seu trabalho, perdoando-se-lhes também nesse tempo todos os direitos das suas produções, ainda pelo que respeita aos dízimos, além de outros prêmios que se lhes devem conceder e facilitar à proporção que forem mostrando mais atividade; e suposto que nestes casos a invenção de premiar não é nova só lembrarei, agora, que com isso se têm feito grandes progressos, assim no princípio de qualquer estabelecimento agronômico como na sua decadência.

6°) Que hajam logo de fazer-se do modo possível para exportação dos gêneros não só pontes ainda que sejam de madeira nos pequenos lugares pantanosos e barcas onde não for possível fazerem-se as mesmas pontes, mas abrir caminhos, que façam com menos custos e brevidade chegarem à borda dos rios os víveres e gêneros dos agricultores que estiverem concentrados pela terra adentro, e o mais que se deve cuidar é da conservação destas necessárias providências.

7°) Que se estabeleça a arrecadação da Fazenda Real, com muita considerada atenção, pois dela depende toda a felicidade de um Estado e muito mais de uma povoação, que de novo se passa a regular. Será necessário para ir estabelecer não só um homem que tenha perícia de cálculo, mas todos os conhecimentos políticos da arrecadação e que demais saiba graduar os interesses públicos e particulares e combinar as relações que estes têm com os do Rei, examinando os diferentes ramos que devem fazer os rendimentos ou fundos da caixa do Estado, pela qual se devem pagar as despesas do Continente, sem vexame dos povos.

Todos os rendimentos que forem próprios para se contatarem não se deve logo no princípio proceder à sua arrematação, pois seria o meio de desanimar a agricultura vexada pelos arrematantes que não desejam fazer mais que as utilidades do tempo da sua arrematação, sem regra alguma, além dos obstáculos da isenção que devem ter os agricultores de certos direitos, nos primeiros dois ou três anos, nos quais também é que se pode conhecer por um

meio de proporção e cálculo prudente o como se deve graduar o preço médio de cada um deles, pelo crescimento das lavouras e indústrias dos agricultores. Não deve ser de menos consideração o rendimento do subsídio literário, cuja aplicação se faz naquele Continente tão necessária para que se nomeiem os competentes mestres para as escolas menores, contemplando-se para isso não só as vilas ali criadas mas ainda as freguesias que estão em distância delas. A imposição, porém, deve ser mais diminuta modificando Sua Majestade para isso a lei, porque custando naquele Continente arroba de carne 80 rs., e a mais cara 160 rs., não deve pagar de direito 32., por arroba, do mesmo modo que paga nas capitanias onde custa 600 rs., a arroba.

Como será impossível que no princípio da criação desta capitania possam os rendimentos saldar as despesas das três diferentes folhas, faz-se necessário quanto couber no possível que se não promovam todos aqueles empregos que devem ser somente próprios de um florescente Estado, mas só aqueles que forem de uma indispensável necessidade. Além desta providência econômica, quando não baste só por si, deverá Sua Majestade mandar impor alguns direitos por entrada nos gêneros que forem exportados para o Rio de Janeiro, pagos na alfândega desta capital, para que sendo recolhidos na Tesouraria Geral da Junta da Fazenda Real, fazendo-se deles escrituração separada, sejam aplicados para pagamento dos suprimentos que para a mesma capital se devem fazer àquele Continente, enquanto se conhecer necessidade disso. Esses direitos não podem causar vexame algum, porque, além de serem destinados para um tão justo fim, ficam balançados entre o comércio daqueles dois continentes.

Além dos direitos que tenho referido e dos que já se acharem naquele Continente estabelecido, lembrarei mais não só os que de novo devem crescer, mas o modo de se fazer conhecer alguns ramos de comércio que possam deixar grandes utilidades à Coroa e aos mesmos povos.

As barcas que já disse deviam ser construídas para passagem dos viajantes e exportação dos gêneros acho devem ser por conta da Fazenda Real, a quem se devem pagar uns módicos direitos segundo o número de pessoas e de volumes. As bestas que deste Continente saem para fora, sobre elas se podem aumentar mais alguns módicos direitos. Sobre as pescarias se podem também estabelecer os direitos que forem proporcionais, e que ali não pagam creio que nem pelo dízimo. O sal que for para aquele Continente também se deve reduzir a contrato. Nos gêneros que não forem da primeira necessidade se podem lançar ou aumentar alguns direitos mais avantajados.

Um importante ramo de comércio se pode ali estabelecer. Este é o das carnes salgadas que devem ser exportadas a este Reino, em lugar das que vêm da Irlanda, sem necessidade alguma e por muito maior preço do que podem ali custar. Do mesmo modo, quantidade de sebo, de que se pode fornecer o Reino, sem dependência do que vem da Rússia, e assim também cabelo de cauda e crina e um grande número de vergalhos dos bois, para os corrieiros, e que ali se lançam fora.

Deve-se também mandar cultivar o linho que ali pode produzir com muita abundância, principalmente nas terras do estreito de São José no Norte, fazendo-se inteiramente desnecessário o que vem da Rússia por muito maior preço do que ali poderá custar, ainda sem calcularmos o interesse que fica na própria nação.

Pode-se fazer produzir em muita quantidade a cochonilha, cujos insetos conhecidos naquele Continente podem dar grande utilidade ao Reino obrigando-se a cada um agricultor a plantar certa porção de terra (segundo a extensão que ocupar) do arbusto próprio para a sua nutrição, o que não dá mais trabalho que de uma só vez, não necessitando depois de amanho algum para a sua conservação, observando-se o tempo próprio para se fazer a colheita, o modo de separar a que for brava e o seu melhor fabrico, para o que me não proponho por falta de experiência e de luzes para assim poder facilitar, pelos meus planos, sobre esta matéria uma abundante produção[a].

Também se pode ali estabelecer a criação das ovelhas de Guiné, que pela cidade da Bahia se podem mandar buscar sem muita despesa. Do mesmo modo, se pode promover a caça dos avestruzes que são uma espécie de Ema, cujas penas podem servir para plumas e sua lanugem para a fábrica dos chapéus.

Além das grandes utilidades que se podem seguir pelo aumento da povoação, comércio e agricultura daquele Continente, como tenho demonstrando, não deve ser de menos consideração o sossego em que virão a ficar os povos que nele habitam, porque sendo continuada as invasões dos espanhóis, sem susto das nossas forças ali tão diminutas como enfraquecidas, eles, pela opulência a que chegar o país, não só nos virão respeitar mas ainda a temer, e Sua Majestade evitará as continuadas despesas que faz com repetidos destacamentos expedidos pela capital do Rio de Janeiro para se lhe poder de algum modo resistir.

Sendo pois quando me ocorrem as providências que podem tirar aquele Continente do ínfimo e decadente estado em que se acha, deve-se esperar que um ministério tão inteligente, como temos a fortuna de admirar, o faça elevar ao estado de perfeição e de esplendor, fazendo que tanto o comércio como a agricultura dêem ali as mãos, como convém, por serem os dois objetos em que se firma a grandeza dos soberanos, a felicidade e a ventura dos povos.

---

a) Naquele Continente há pessoas que pela experiência, ajudadas também por algumas advertências, que se devem pedir ao insigne e sábio naturalista, o Dr. Domingos Vandeli, podem fazer progressos nesta útil e proveitosa produção.

Bibliografia

1 – Antunes, De Paranhos – "A primeira História Gaúcha" in PESQUISA (História), Ano V, 1961.
2 – Barreto, Abeillard – "Bibliografia Sul-Riograndense" (2 vol.) Rio 1973 e 1979.
3 – Cesar, Guilhermino – "Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul" ed. da UFRGS Porto Alegre, 1969.
4 – Felizardo, Jorge Godofredo – "Genealogia Sul-Riograndense" (título Carneiro da Fontoura) ed. Globo, Porto Alegre, 1937.
5 – Guimarães, João Pinto da Fonseca – co-autor do livro referido acima.
6 – Magalhães, Manoel Antonio – "Almanaque da Vila de Porto Alegre" in Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1867, tomo XXX, vol. 34.
7 – Mendonça, Prudêncio de La C." "História de la Ganaderia argentina" B. Aires, 1928
8 – Xavier, Paulo – "Um selo armoriado inédito" in Caderno de Sábado do CORREIO DO POVO.
– "D. Diogo de Souza" in ANAES DE BAGÉ, ed. do Museu Dom Diogo de Souza, Bagé, 1963.
– "Prata e Lavoura Paulista" in Suplemento Rural do CORREIO DO POVO, ed. de 10-I-1975.
– "Salga de Carne" in Suplemento Rural do CORREIO DO POVO, ed. de 15-III-1974.
– "Um Cearense, iniciador de nossas charqueadas?" in Caderno de Sábado do CORREIO DO POVO ed. de 11-XII-1971.
– "Estância in RIO GRANDE TERRA E POVO, ed. da Globo, 1ª ed. de 1964 e 2ª ed. de 1969.

Documentos

1 – "OBSERVAÇÕES relativas `Agricultura, Comércio e Navegação do Continente do Rio Grande de São Pedro, no Brasil".* Manuscrito conservado na Biblioteca Nacional de Lisboa. Texto reproduzido no APÊNDICE DOCUMENTAL.
2 – Arquivo genealógico do Autor.

* de Domingos Alves Branco Moniz Barreto

A PACIFICAÇÃO DO RIO GRANDE
(Tentativas)

Laudelino T. Medeiros

Na madrugada da história, quando os grupos humanos se defrontaram com problemas criados pelas ações perturbadoras do bem viver, dos indivíduos e das famílias, foi necessário pensar em dispor as ações humanas de modo que elas se ordenassem a um fim, o bem de todos, o "bem comum". Era a percepção da necessidade de ordem na vida em sociedade. A ordem, como sendo "a reta disposição das cousas para um fim"; na vida social esse fim é o bem comum.

Todas as experiências de organização política estabelecidas para assegurar um bem viver, propício à satisfação das exigências humanas com liberdade, quer em tribo, confederações tribais ou no Estado, tiveram como centro a "ordem pública". A perturbação desta foi sempre objeto de sanções, mais ou menos rigorosas. E a paz, "a tranquilidade da ordem", foi sempre ao longo da história uma profunda aspiração dos homens.

Quando a sociedade rio-grandense se viu envolvida pelos acontecimentos da Revolução de 93, inclusive os momentos perturbados que a precederam, a "ordem pública" foi abalada. E é assim compreensível que os indivíduos em geral, mesmo os envolvidos diretamente nos acontecimentos, desejassem a paz. Nem sempre, porém, estariam livres de peias para a promover. Mas certamente a desejavam.

Esse desejo radicalmente humano, às vezes associados a outros motivos, impulsionou muitas iniciativas no sentido de alcançar a paz. Várias destas iniciativas, ou tomadas por dirigentes mais altos ou por dirigentes locais, não passaram de iniciativas, ainda que algumas tenham alcançado andamento razoável.

Tentativas de pacificação

I - As tentativas de pacificação começaram mesmo antes de eclodir o trágico conflito armado de 93-95. Algumas destas tentativas não passaram de ensaio do primeiro passo; outras, porém, avançaram razoavelmente até esbarrarem num impasse irredutível.

Pode ser arrolada em primeiro lugar a iniciativa de amigos comuns, que propiciaram um encontro de Floriano Peixoto, já na presidência da República, com Gaspar Silveira Martins, chegado da Europa em princípios de 1892 e antes de viajar para o Rio Grande do Sul. Nessa época Barros Cassal se encontrava no governo do Estado. Wenceslau Escobar, pessoa das relações do tribuno, assim se refere a esse encontro:

> "Chegado à presença do general, o notável tribuno, na rudez de uma franqueza em que não era estranho seu excessivo amor próprio, foi dizendo "estar tudo errado; que precisava desfazer-se o que estava feito para adotar-se a república parlamentar."
>
> "Floriano, na suspeitosa reserva de seu feitio moral, contestou que, se preciso fosse, até com a espada defenderia a república presidencial, dando por terminada a conferência." (1920, p. 57)

Esse esboço de primeiro passo teve como efeito negativo aumentar o afastamento entre ambos, em particular da parte de Floriano, que não tinha dificuldades em admitir intuitos restauradores no antigo chefe liberal. Afirmam historiadores não terem existido tais intuitos. E o depoimento de Silveira Martins, em carta à esposa, é claro quanto às suas idéias a respeito do regime político. (Martins, 1929, p. 380)

De outro lado, não há dúvidas que Floriano, excluídos os casos de supostos ou hipotéticos restauradores, manifestou reiteradamente e a diferentes pessoas, em documentos escritos, suas disposições pacificadoras, em especial quando as divergências ou conflitos se davam entre republicanos. Quando, entretanto, alguma das partes apelava para as armas, Floriano se tornava intransigente na defesa do que entendia ser a autoridade, a ordem e a Constituição.

Com o relato de Escobar não concorda José Julio da Silveira Martins e se fundamenta em entrevista concedida pelo tribuno a um dos redatores do "Jornal do Commercio" do Rio, em 14 de fevereiro de 1896. Nessa ocasião, uma das respostas foi:

> "Conferenciei com o general Simeão, meu amigo desde o tempo em que estudávamos, eu Direito, ele Matemática, sobre as obras da barra do Rio Grande. Ele propos-me a conferência com o Marechal Peixoto e o Ministro da Agricultura, o sr. Antão de Faria, a qual teve lugar entre os quatro, mas não se falou senão do assunto - obras da barra." (Martins, p. 371)

Esta entrevista ocorreu quatro anos depois do encontro, circunstância que pode ter levado Silveira Martins a omitir involuntariamente algum pormenor. De outro lado, é preciso dizer que o livro de Escobar, que com Gaspar teve conversas em diversas ocasiões, fio publicado em 1919.

Muito pouco, portanto, se sabe sobre esta tentativa de pacificação, que ainda pode vir a ser esclarecida pela descoberta de novos documentos.

II - O clima de instabilidade e de agitações vivido pelos primeiros meses da República se constituiu em ambiente favorável ao surgimento de facções, que pretendiam impor-se às demais, não raro com o apelo ao uso da força. As eleições para reconstituir os organismos governamentais, inclusive a elaboração da Constituição, tinham dado origem a dissidências. O fechamento do Congresso por ato do Presidente da República tinha provocado reações intensas no País; e no Rio Grande do Sul a reação se encaminhara para uma resistência armada, articulada particularmente pelo Visconde de Pelotas. Este o ambiente em que se operou a deposição de Julio de Castilhos (12-11-1981), que provocou uma bi-partição das forças políticas, ainda que sem muita consistência. Os liberais, que tinham dominado a política provincial nos últimos anos do Império, com o novo regime foram apeados do poder. A insatisfação foi grande. aumentada pelos atos de força das novas autoridades, mandando prender alguns dos seus pro-homens. Foi preso Silveira Martins, presidente da Província em viagem para o Rio; foi preso o delegado de Polícia de Santa Vitória, Gumercindo Saraiva, sobre quem pesavam algumas acusações não suficientemente provadas; outras prisões foram ainda efetuadas; outras pairavam no ar, como ameaça. Eram essas as condições reinantes quando se instalou o "governo revolucionário", com a deposição de Castilhos. Condições estimulantes para a onda de excessos que se propagou por todo o Estado. Uma nova revolução era latente.

Com a intenção de evitar que eclodisse uma luta armada foi promovida a aproximação entre os dois líderes mais destacados das forças políticas mobilizadas, na procura de um acordo. Cezar Ferreira Pinto, amigo comum de Julio de Castilhos e Gaspar Silveira Martins, articulou um encontro de ambos. Realizaram-se reuniões no hotel "La Minuta", onde residia Ferreira Pinto, no período de maio a junho de 1892 (Rosa, 1930, p. 147).

Na época, ante a iminência da hecatombe de um conflito armado, poderia ter havido esperança num bom resultado para aquele encontro; mas hoje, distante no tempo e conhecendo-se melhor a formação política e as características psicológicas daquelas duas personalidades, não se poderia manifestar esperança num bom resultado. De fato, os resultados foram negativos.

Em cartas dirigidas a Cezar Ferreira Pinto, por Gaspar Silveira Martins e Julio de Castilhos, formulou cada um deles as condições propostas para o estabelecimento de um acordo.

Silveira Martins parte da idéia de que os chefes dos partidos entender-se-ão "nestes pontos, que serão de honra para ambos":

"Concorrerão os dois partidos para a eleição dos 35 membros da Convenção, votando cada partido numa lista de 20 nomes, de modo que o vencido faça 15; a maioria fará o governador, deixando à minoria o vice-governador.

"Farão uma Constituição, que seja obra de todos com as condecendências possíveis, e reorganização da magistratura de comum acordo, respeitando os direitos de velhos e honrados magistrados, e os funcionários honrados e capazes de todos os partidos.

"A pátria não é patrimônio de uma facção, é de todos os brasileiros; é preciso que aquilo que a todos pertence seja por todos administrado, zelado e amado."

Aos republicanos esta proposta era considerada inoportuna. É claro que a um partido e seus chefes, que vinha de uma eleição recente como vencedor, embora pautada por uma legislação argüida de defeituosa, essa proposta parecesse inaceitável. Embora fora do poder de governar, por um golpe de força, mas julgando-se legítimos detentores da autoridade, haveriam os republicanos, e em nome deles o seu chefe, considerarem impossível um acordo em tais termos. Ademais alí não estava o tribuno de outros tempos, que entendia que em matéria de idéias não podia haver transigências - "as idéias não são metais, que se fundem".

Julio de Castilhos, em sua carta a Ferreira Pinto, diz estar "ciente das condições propostas pelo ilustre Dr. Silveira Martins" e concede de bom grado o atendimento do pedido de Ferreira Pinto, "expondo sumariamente o meu pensamento". Diz já lhe ter exposto "os motivos que tornam inaceitáveis aquelas condições" (de Silveira Martins); e continua:

"Conforme declarei ao Dr. Silveira Martins, o empenho de honra do partido republicano neste momento é a restauração da ordem constitucional do Estado, regularmente instituída pela assembléia constituinte em 14 de julho de 1891. O meu partido não pode decorosamente desistir desse empenho, ainda que isto, a primeira vista, pareça impossível.

"...Eis, em resumo, o que proponho:

"O partido republicano fará o que estiver ao seu alcance para chegar ao seu atual objetivo, empregando todos os meios dignos para que este seja atingido de modo pacífico, sem abalo da ordem material.

"O dr. S. Martins não concorrerá direta ou indiretamente para a obtenção do resultado aludido; mas se comprometerá a evitar que o seu partido, uma vez restaurada a legalidade, oponha embaraços ou tente perturbar a obra de concordia social.

"O presidente legal limitar-se-á a nomear o vice-presidente de acordo com a constituição de 14 de julho, renunciando na mesma ocasião o seu mandato.

"O vice-presidente tomará posse do governo imediatamente.

"Em seguida reunir-se-á a assembléia, cujos membros, depois de votarem um orçamento provisório, renunciarão o respectivo mandato.

"De conformidade com a Constituição, sessenta dias após a renúncia, realizar-se-á a eleição do presidente e da Assembléia.

"A eleição se efetuará de modo inteiramente livre, com a maior lealdade e correção. Nesse sentido eu e meus companheiros assumiremos compromisso solene, em cuja observância empenharemos a nossa honra pessoal. A seu turno o Dr. S. Martins se obrigará a fiscalizar o serviço das mesas eleitorais, colocando em cada uma delas um representante seu que atestará, em declaração anexa à respectiva ata, si foram ou não observadas todas as formalidades legais, si ocorreu ou não qualquer irregularidade.

"Não serão incluídos na apuração geral dos sufrágios os resultados parciais, que houverem sido inquinados de irregulares ou falsos pelos fiscais do partido contrário.

"Correndo assim a eleição, o seu resultado será plenamente aceito por ambos os partidos.

.....

"Cumpre também estabelecer que o partido vencedor, qualquer que seja, ficará obrigado a respeitar o vencido, abstendo-se sistematicamente de exercer perseguições ou cometer ofensas.

"Feita a eleição do presidente da Assembléia do Estado, será revista a Constituição de 14 de julho, para ser reformada fundamentalmente ou alterada, em várias disposições ou mantida na sua substância, conforme entender a maioria dos que forem sagrados pelo sufrágio do Rio Grande do Sul." (Ambas as cartas na íntegra em: Escobar, 1920, p. 85-88).

Na entrevista concedida ao "Jornal do Comércio", de 14 de fevereiro de 1896, Silveira Martins confirma alguns pontos constantes da carta de Castilhos, mas faz uma afirmativa que não coincide com o constante desta carta:

"que (Castilhos) julgava da honra e decoro de seu partido reassumir o governo, como representante da legalidade; **que eu não interviesse e o deixasse só com o Sr. Cassal.**" (Martins, 1929, p. 371. O grifo é

nosso.) Talvez se originasse esta afirmativa de algum contexto de conversa mantida no encontro.

Uma reivindicação dos federalistas, desde o Congresso de Bagé, já desde a revolução que empossou Cassal e foi bandeira durante toda a Revolução de 93, até a pacificação final, era a derrogação da Constituição de 14 de julho e a retirada de Castilhos do governo. Por isso, na proposta de acordo de Castilhos se encontram vários pontos a respeito. Na carta de Silveira Martins não se encontra a retirada de Castilhos porque no momento este se achava fora do governo.

É muito provável que a irredutibilidade de Silveira Martins resultasse de sua lealdade aos companheiros de partido, que, exilados do poder e divergências graves com os "cassalistas", tinham como irreversível a revolução. A 8 de julho de 1892, em carta ao Dr. Francisco Tavares, o General Tavares dizia: "De há muito observei aos amigos e companheiros de diversos pontos do Estado que para sustentar a luta que estamos obrigados, e que parecia iminente, precisávamos de recursos pecuniários." (Villalba, 1897, p. 63) E a revolução se tornou para eles necessária depois do retorno de Castilhos ao governo (17-6-92), ocorrido pouco depois que os dois chefes políticos realizaram os encontros.

Chegou assim ao fim, sem resultado, a tentativa de encontrar a solução para a paz no Rio Grande.

III – Mais uma tentativa para encontrar a tão desejada paz no Estado ocorreu em meados de 1892. Durante a chamada "revolução de novembro", de que resultou o "governicho", as anormalidades e as violências criaram um ambiente por demais pesado para a sociedade regional. Em especial as autoridades militares e algumas lideranças políticas fizeram presente ao presidente da República a gravidade do momento e as tensões. Impunha-se fossem tomadas algumas providências para conciliar correntes dissidentes com as lideranças republicanas tradicionais.

Ao General Bernardo Vasques, comandante do Distrito Militar, Floriano Peixoto responde por telegrama "reservado", a 25 de abril de 1892:

> "Sobre o assunto de vosso telegrama de ontem tratando da situação política desse Estado, me dirijo nesta data a Júlio Frota e Barreto Leite, devendo partir amanhã para aí pessoa de confiança, incumbida de entender-se com os correligionários de ambos os grupos republicanos. Floriano." (Arq. Nac.)

Ao senador Júlio Frota, na mesma data e endereçado a Porto Alegre, Floriano Peixoto responde em termos indicadores do seu interesse em resolver os desentendimentos existentes e em atender o pedido de correligionários:

> "De posse do telegrama que com os vossos dignos colegas de representação desse Estado, me dirigistes em data de ontem, assegurovos que tomarei na maior consideração o assunto do mesmo telegrama e que amanhã partirá para aí pessoa de confiança incumbida de enten-

der-se com os amigos sobre a verdadeira orientação do partido republicano rio-grandense. – Floriano." (Arq. Nac.)

A pessoa de confiança referida nesses telegramas é o Major Faria. Este militar é José Caetano de Faria, que fez uma brilhante carreira, atingindo o posto de Ministro da Guerra em 1914, no governo de Wenceslau Braz.

A urgência com que envia "pessoa de confiança" e os termos desses telegramas manifestam o interesse de Floriano em resolver uma situação que poderia acarretar conseqüências muito sérias para o Estado e para o País. Desta opinião participavam as lideranças políticas.

Nos primeiros dias de maio chega a Porto Alegre o Major Faria e inicia logo contatos com chefes das diferentes facções, inclusive com o General Vasques. A comunicação com Floriano é freqüente através de muitos telegramas; o Vice-Presidente apela constantemente a Faria e a diversos chefes políticos de diferentes correntes e a chefes militares para que encontrem a pacificação. Mas estabelece sempre como objetivo intocável a defesa da República e da Constituição.

Nesse sentido telegrafa reiteradas vezes a Vasques, Frota, Victorino Monteiro, Barros Cassal, Major Faria e outros. É oportuno que se tenham presentes os termos do próprio Marechal. A Barros Cassal, a 18 de março de 1892, a quem depois de pedir providências para cessarem conflitos violentos com "patriotas", em telegrama diz:

> "Tão bem, se não melhor que eu, deveis ter em vista que da paz e, sobretudo, da união dos republicanos, dependem melhorarem condições políticas do Rio Grande, que não pode nem deve continuar nessa luta contínua de dissenções. – Floriano."

Já às vésperas da invasão, 23 de dezemvro de 1892, responde telegrama de Barros Cassal longamente e depois de declarar "que outra coisa não tem animado meus atos senão o desejo de ver solidamente implantado nossa Pátria regimen republicano", diz ao final:

> "Nos limites de minhas atribuições constitucionais e até onde me for possível o emprego de meios conciliadores, eu me esforçarei para que o heróico Estado do Rio Grande do Sul entre quanto antes no regimen normal de ordem e tranqüilidade de que tanto carecemos."

E, para não repetir enfadonhamente os mesmos termos constantes de numerosos telegramas de Floriano, vejamos apenas mais um. A Victorino Monteiro, dois dias depois de ter ele assumido o governo (19.6.92), diz:

> "Persuadido de que para segurança República é indispensável união de todos republicanos rio-grandenses, peço-vos, com maior empenho, tenteis conciliação dissidência – Antão, Demétrio e Cassal. .... Rogo-vos, outrossim, me informeis se por parte dissidência tem

havido desejos de conciliação e os pontos sobre os quais não se tem conseguido acordo. – Floriano." (Arq. Nac.)

Informado dos boatos que circulavam de que a facção castilhista se preparava para uma reação armada, Floriano se dirige a Vasques, a 10 de maio, em telegrama urgente e reservado:

> "Continuam a chegar aqui notícias sobre armamento Fronteiras e ameaças perturbação ordem pública. Conforme já vos disse, forças federais devem se conservar reunidas, completamente alheias política, intervindo somente quando, nos casos previstos constituição, tiver de prestar seus serviços. – Se julgardes conveniente exoneração algum comandante Fronteira, indicai substituto. – Estai atento, informando-me logo qualquer movimento. – Floriano." (Arq. Nac.)

E no mesmo dia, 10 de maio de 1892, menos preocupado com a notícia de uma possível reação, após esse telegrama ao General Vasques, responde ao Major Faria em telegrama urgente e reservado:

> "Ciente vossos telegramas de hoje; eles me fazem crer que por parte da maioria do partido republicano não se dará alteração na ordem pública. – Continuai a trabalhar pela união, pois isto é o que mais desejo. Confio nos vossos inteligentes esforços e na boa vontade dos que sabem colocar o bem geral acima da ambição e dos caprichos pessoais. – Convencido de que só republicanos podem salvar República, asseguro-lhes o meu fraco apoio, esperando que na quadra melindrosa em que nos achamos dêem as maiores provas de patriotismo e, sobretudo, de amor à ordem. Nesta data telegrafei General Vasques sobre Fronteiras. – Floriano." (Arq. Nac.)

Com acompanhamento minucioso dos acontecimentos e orientação reiterada a seu enviado e ao comando militar, Floriano manifesta vivo desejo de ser encontrada a paz. Apercebia-se ele certamente, além dos grandes males diretos, do significado político e financeiro de uma revolução para o seu governo, revolução que seria extensa e demorada, pondo em risco a República.

O Major Caetano de Faria, chegado a Porto Alegre, de imediato se põe a campo e inicia seu trabalho contactando Júlio de Castilhos e Demétrio Ribeiro.

De pronto identifica as diferentes correntes políticas e o peso de cada uma. De um lado os "castilhistas", constituída pelo Partido Republicano, liderada pelos republicanos históricos; esta corrente é apoiada por pesado contingente de adeptos. De outro, a corrente "cassalista", liderada pelos republicanos dissidentes – Barros Cassal, Demétrio Ribeiro e Antão de Faria; não obstante a importância política de seus líderes, contava com um contingente de adeptos muito pouco numeroso, para não dizer insignificante. Em vista disto, tiveram estes líderes de se apoiarem no numeroso contingente dos antigos liberais aglutinados inicialmente na União Nacional. Estes, os antigos liberais, eram liderados por Silveira Martins, João Nunes

da Silva Tavares, Marechal Câmara, Antunes Maciel e alguns outros. Barros Cassal e seus companheiros, reconhecendo a superioridade numérica dos "gasparistas", procuravam por todos os meios evitar que estes os substituíssem no poder político. Por sua vez, os "gasparistas" não se submetiam à direção política de Cassal, com cujas idéias não concordavam; procuravam desenvolver uma ação política em faixa própria. Em mais de uma vez se atritaram, tendo mesmo ocorrido a rejeição de Barros Cassal, quando no governo, por ocasião do Congresso de Bagé.

Os "federalistas", liderados por Silveira Martins e General Tavares, tiveram também a sua dissidência. Quatro chefes parlamentaristas, de Pelotas, Cangussu e Piratini, a primeiro de junho de 1892, publicaram um manifesto "explicando os esforços tentados para harmonizar os grupos parlamentarista ou gasparista e presidencialista ou cassalista, em que se dividia o partido federal (federalista), declarando que haviam pedido uma conferência ao general Silva Tavares, que a recusara." (Alm. 1895, p. 41)

Não era, pois, fácil a tarefa que estava reservada ao Major Faria. Tal era o taboleiro onde ele devia montar a difícil partida a ser jogada no cenário político do Rio Grande do Sul.

Dos contatos mantidos por Faria nasce-lhe a convicção de que os "cassalistas", que estão no Governo, estão muito fracos politicamente. Contam com o apoio dos lentes e alunos da Escola Militar e muito poucos elementos mais. Não se mostram nada inclinados a se unirem aos republicanos; e a "revolução de novembro", preparada principalmente por Câmara e destinada a reagir contra a dissolução do Congresso Nacional por Deodoro, à qual se haviam ligado Cassal e Demétrio Ribeiro, tinham propiciado vínculos políticos entre federalistas e "cassalistas". Esta união, entretanto, era constantemente posta em cheque pelo presidencialismo e positivismo destes últimos, tendo-se tornado comprometida em definitivo quando Cassal, no governo, revoga a constituição de 14 de julho e adota uma nova, presidencialista, em muito pouco diferente da aprovada no governo de Castilhos. Contra isto reagiu o Congresso de Bagé, condenando os atos do governo de Cassal. Levar Barros Cassal a um acordo com Castilhos, sobretudo depois da deposição deste pela revolução de novembro, não parecia possível. De resto, o importante para alcançar a pacificação era obter acordo de Castilhos e Silveira Martins, pois eram as duas forças políticas ponderáveis.

Os federalistas, sob a liderança de Silveira Martins, não abrem mão de suas ideáis políticas – parlamentarismo e reforma da constituição – e não aceitam a tese de que Castilhos é a autoridade legal. Sua proposta é a da lista incompleta de candidatos, votando cada partido numa lista com apenas dois terços dos candidatos e assegurando-se assim a representação de um terço à minoria. Júlio de Castilhos, por seu lado, insiste na legitimidade de constituição e legalidade de sua eleição à presidência do Estado; portanto, só aceita acordo em que esses dois pontos de honra para o partido sejam respeitados. Daí a sua proposta de acordo, que é a mesma apresentada a Silveira Martins nos encontros propiciados por Cezar Ferreira Pinto, cujos pontos foram descritos de forma completa quando se tratou destes encontros.

Em síntese, os pontos eram os seguintes: Barreto Leite passaria o governo ao General Vasques, que o passaria a Castilhos; este se limitaria a nomear o vice- presidente e renunciaria logo; todos os membros da Assembléia renunciariam, após dotarem o governo de orçamento provisório; o vice-presidente marcaria eleições em sessenta dias, nos termos da constituição; realizar-se-iam eleições livres, fiscalizadas obrigatoriamente por ambos os partidos, para presidência e assembléia; eleito o presidente da assembléia, seria revista a Constituição de 14 de julho, para ser reformada fundamentalmente ou alterada ou mantida em sua substância, conforme entender a maioria dos que forem eleitos; os partidos, sob compromisso de honra, se comprometiam a que o partido vencedor "ficará obrigado a respeitar o vencido, abstendo-se sistematicamente de exercer perseguição ou cometer ofensas."

Realizadas muitas conferências, ouvidas as insistentes reivindicações de Demétrio de ser reconhecida a sua constituição e aprovados os atos do governo revolucionário, foi alcançado um certo consenso pelo que cada partido cederia "até onde permitisse a dignidade política", parecendo estar à vista o acordo, embora com as fortes resistências dos federalistas. É nesse momento que chega às mãos do Major Faria o texto do telegrama passado pelo Ministro da Agricultura, Antão de Faria, ao chefe político de sua facção em Porto Alegre. Nesse telegrama, de forma veemente e até violenta, acusa o emissário de Floriano, taxando-o de "suspeito, sem critério para missão de caráter político", diz-se certo de que "seu procedimento irregular não foi autorizado" pelo Presidente. Desaconselha veementemente qualquer entendimento e aconselha agir com energia para manter a ordem; diz que "Nossa terra não pode continuar vítima grupo desordeiros capitaneados Castilhos"; e levanta suspeitas sobre o próprio chefe do Governo em que é Ministro.

Em telegrama onde relata minuciosamente demarches e entendimentos, o Major Faria, atônito, transcreve o longo telegrama de Antão de Faria; e diz: "depois exposição franca e leal que acabo fazer minha conduta aguardo vossas novas ordens". Ruía assim mais uma tentativa de pacificação no conturbado campo político rio-grandense. O telegrama de Faria é de 20 de maio. Menos de um mês depois, 17 de junho de 1892, num contragolpe, Castilhos retoma o poder.

IV - Durante a segunda metade do ano de 1892 os boatos de que se daria a invasão dos federalistas, que se haviam exilado nas repúblicas do Uruguai e Argentina, eram muito fortes e freqüentes. É provável que uma parte destes não se tenha exilado, mas emigrado para se reunir às forças que estavam sendo organizadas para a invasão. Além de brasileiros, os federalistas tinham mobilizado nacionais daqueles países, prática corrente na época.

Debaixo desse clima político tenso Floriano resolve tentar mais uma vez a pacificação. Envia um emissário seu para alcançar um entendimento. O enviado, pessoa de sua confiança, é o General João Baptista da Silva Telles.

No "Almanak Literário e Estatístico", dirigido por Ferreira Rodrigues, no resumo que faz da imprensa, se lê:

"Outubro - 29 (1892) - De Bagé partiu para a estância da Carpintaria, no Estado Oriental, o General João Baptista da Silva Telles, enviado especial do marechal Floriano Peixoto, para conferenciar com o General João Nunes da Silva Tavares." E em seguida:

"Novembro - 1 - Realizou-se na estância de Belchio Silveira, em Carpintaria, Estado Oriental, próximo à fronteira, a conferência entre os generais João da Silva Tavares e João Baptista da Silva Telles. Do que se passou entre eles, lavrou-se uma ata, que ficou em poder do general Telles. A conferência, entretanto, nenhum efeito surtiu, pois que sucessos posteriores mudaram completamente a atitude do governo e dos federalistas." (Alm. 1896, p. 35).

Não é conhecido o conteúdo da ata da reunião confiada ao General João Telles. O Dr. Francisco da Silva Tavares, porém, irmão do General Tavares, e com a intenção de esclarecer o que se passou naquele encontro, já que corriam "diversas versões", publica em "El Dia", de Montevideo, longa explanação.

Em resumo, são os seguintes os principais pontos da descrição da reunião, segundo o Dr. Tavares:

Os generais Tavares e Silva Telles retiraram-se para uma sala e o primeiro expôs os acontecimentos do Rio Grande desde a revolução de novembro. Desta resultou a saída do Dr. Castilhos da presidência do Estado e a elevação ao poder do partido federal, iniciador da revolução; que todos esses atos foram sancionados pelo marechal Floriano e pelo Congresso; que Tavares, nomeado segundo vice-governador, assumiu o governo em Bagé por ter o Visconde de Pelotas renunciado; que soube nesse mesmo dia 17 ter Castilhos reassumido o governo; que entendia ser seu dever defender a situação criada pela revolução de novembro e que esteve na convicção de que nenhum obstáculo lhe seria oposto por Floriano; que não podia apoiar a contra-revolução e, ademais, o próprio Marechal devia ao movimento de novembro o poder; por tudo isso reuniu elementos para resisitir à contra-revolução; contra sua expectativa Floriano intervinha nos negócios do Estado, reconhecendo o novo Governo e sustentando-o com a força federal; que, após a dissolução das forças em Bagé, começa a mais desenfreada perseguição, do que resultou que se refugiassem no Uruguai e na Argentina crescido número de federais; e pergunta: Quer o Marechal Floriano que voltemos à Pátria? que garantias oferece o Governo aos emigrados? por que não reprimiu todos os atentados? - "Responde o general Telles que a anistia tinha apagado todos esses crimes''. - Tavares responde: "Não, a anistia só é aplicável aos atos praticados até a rendição de Bagé". - "Disse então o general Telles que ignorava esses atentados e que o marechal Floriano também os ignorava, e afirmou que faria cessar desde já as perseguições" e que informaria o Vice-Presidente de tudo, para que voltasse a segurança. "E tendo logo depois o general Telles mandado chamar o coronel José Tavares...'' conversou com ele longamente sobre a situação política no Rio Grande. Estava neste ponto da conferência quando chegam "notícias de Bagé de

terem ocorrido, após a saída de Telles, toda a sorte de tropelias e violência contra federais e suas famílias. Chegam também de Porto Alegre informações sobre o ocorrido com a prisão de Facundo Silva Tavares e ferimentos num sobrinho do general Telles, comandante da brigada policial encarregada de efetuar a prisão. (v. Villalba, p. 85-87.)

O Visconde de Pelotas, sabendo da ida do General Telles ao encontro do General Tavares, escreve a este carta com alguns tópicos muito importantes sobre a projetada conferência. A carta é de 19 de outubro de 1892; diz:

> "...Deve embarcar amanhã o General Telles, que vai conferenciar com V. Exa. e, sem saber o que lhe irá dizer, presumimos que lhe vai propor desistir de invadir este Estado à frente de forças.
>
> "Que garantias poderão oferecer? indenização aos roubados e ressuscitação dos degolados?
>
> "Se o Sr. Peixoto manda as forças do Exército intervirem, ainda assim nada deveremos recuar, quando sabemos que soldados tem o Exército.
>
> "Penso que, sem o compromisso de honra de retirarem do Governo os bandidos que estão desonrando o R.G., sendo substituídos por quem V. Exa. indicar, nada absolutamente se deve conceder ao enviado que lhe mandam." (Camara, 1979, 3° v., p. 442-443)

O general João Telles retorna a Bagé, de onde passa um dramático telegrama ao Marechal Floriano Peixoto, dizendo da onda de crimes que se cometem, deles culpa as autoridades do Estado, julga inevitável a revolução se drásticas providências não forem tomadas. Alguns tópicos importantes:

> "Ontem estive com general Tavares que não concordou na conciliação, visto estar seriamente comprometido com seus amigos. A revolução, no meu entender, é inevitável desde que não se tome já as providências necessárias. Pelo modo por que chegaram as cousas aqui, acho que V. Exa. deve declarar já o Rio Grande em estado de sítio, nomeando imediatamente um governador militar, mas que este seja alheio às paixões do Rio Grande. V. Exa. não faz idéia dos horrores que se têm praticado; ...V. Exa. não conhece nem a terça parte dos horrores que se têm cometido, sendo infelizmente praticados por pessoas que deviam ser os mantenedores da ordem pública. ... - Assim me aprece que V. Exa. deve quanto antes tomar providências enérgicas afim de evitar uma catástrofe que necessariamente refletirá em todo o país." (O telegrama está na íntegra em Villalba, 1897, p. 69).

A imprensa em seus comentários, em princípios de novembro, dizia: "A conferência, entretanto, nenhum efeito surtiu, pois que sucessos posteriores mudaram completamente a atitude do governo e dos federalistas." (Alm. 1896, p. 35-36). Esses sucessos foram violências particularmente graves. A 27 de outubro, dois dias antes da saída do General Telles de Bagé para a Carpintaria, ocorreu um dos crimes mais brutais nas proximidades de Cruz Alta: foram assassinados o coronel Evaristo Teixeira do Amaral e mais quatro companheiros por um grupo ligado aos federalistas. O coronel Evaristo era chefe republicano na região. Em Santa Maria, a 31 de outubro, foi preso o capitão Felisberto Barcellos, com cartas de chefes federalistas a correligionários, anunciando próxima revolução e invasão das fronteiras; disto resultaram numerosas prisões, algumas de personalidades importantes - tenente-coronel José Facundo da Silva Tavares, Frederico Haensel e outros. Algumas dessas prisões ocorreram com extrema violência e até mortes. A cidade de Cruz Alta, atacada e tomada por numeroso grupo federalista, foi retomada pelas forças do governo comandadas pelo coronel Firmino de Paula. (Ib., p. 36).

Estes fatos e outras ocorrências no Estado evidenciam que não apenas os federalistas sofriam arbitrariedades e violências, como consta do telegrama do general João Telles. Nem haveria objetividade nas considerações que incluíssem apenas as arbitrariedades e violências ocorridas nos meses que precederam imediatamente a invasão revolucionária. Ficariam fora de consideração os acontecimentos arbitrários e violentos do período da "revolução de novembro", em que os federalistas eram solidários com os "cassalistas" no chamado "governicho".

O que parece ser falta de objetividade no telegrama do general Telles, ou afigurar-se uma parcialidade em favor dos federalistas, bem pode ter sido um equívoco involuntário. O general começou sua aproximação da Carpintaria estacionando em Bagé, terreno de grande influência federalista; e, portanto, onde a atmosfera de opinião favorável a esta corrente política causaria a impressão de que seus correligionários eram as vítimas. De outro lado, a maneira como lhe foi apresentada a realidade na conferência da Carpintaria, a avaliar pelo relato do Dr. Francisco Tavares e diálogos ali ocorridos, é de supor que o General Telles tenha recebido uma visão unilateral dos fatos. Esta interpretação poderá vir a ser confirmada ou rejeitada por novos achados de documentos ou depoimentos que revelem o modo de pensar do general a respeito da questão. Ter-se-á de considerar, entretanto, que muito pouco tempo depois ele está engajado com ardor no combate aos revolucionários (março de 93).

Além do mais, a proposta constante do telegrama constituía uma violação da Constituição da República, inclusive do princípio federativo nela consagrado. Mas era reiteradamente invocado por Floriano, quando tratava da política rio-grandense, o respeito à Constituição. Os poderes para aplicar a solução proposta não estavam em mãos do Vice-Presidente.

O fato é que mais esta tentativa de alcançar a paz para o território rio-grandense não alcançou o objetivo.

V - Em maio de 1893, quando violentos combates ocorrem no Estado, é tentada mais uma vez a pacificação. É nesse período que ocorre o combate de Inhanduí (3-5-93), de que resultou a volta para o Uruguai de grande parte dos invasores, o que deu a impressão aos chefes republicanos de que a revolução estava terminada. Pinheiro Machado manifestou a intenção de retirar-se pela desnecessidade de sua participação; é o que diz em telegrama de D. Pedrito, de 19 de maio de 1893, a Floriano Peixoto:

> "... A grande guerra está acabada... Julgando minha missão concluída e inútil manter forças que reuni, penso dissolvê-las." (Arq. Nac.)

Em verdade a guerra não havia terminado. Novas escaramuças ocorriam no interior, especialmente com Gumercindo que não reemigrara e cumpria a missão a ele atribuída de manter acesa a revolução; e novas invasões ocorreriam novamente.

Em abril o Governo do Marechal Floriano enfrenta séria crise, desencadeada pela demissão de Serzedelo Correa, Ministro da Fazenda, e o contra-almirante Custódio de Mello, da Marinha. Estes Ministros pretendem que se faça a paz no Rio Grande a qualquer preço. Diante da proposta de que se consulte os revolucionários sobre as suas exigências para a pacificação e da idéia de que se realizasse a intervenção no Estado, com a destituição de Castilhos, Floriano responde, quanto a estas condições, que a Constituição se opõe ao emprego dos meios de que teria de lançar mão. Na carta com que se demite, o contra-almirante, com razões não muito convincentes, diz que, "tratando-se de salvação pública", o Poder Executivo "deve lançar mão de meios extraordinários, mesmo fora da lei, para a todo transe conseguila" (a paz). É nesse contexto que o Presidente da República despacha mais um enviado para tentar a pacificação.

A 4 de maio de 1893 chega à Cidade do Rio Grande, pelo navio Itaoca, o coronel Francisco Manoel da Cunha Junior em missão especial para tratar da paz com o Governo do Estado e os revolucionários. O coronel Cunha Junior era senador pelo Maranhão e pessoa da confiança do Marechal.

E a 15 desse mês telegrafa a Floriano informando os movimentos das tropas revolucionárias e legais após o combate de Inhanduí; as posições que vão assumindo na região os legalistas; dadas as disposições e operações previstas, anteve desfecho favorável para os legalistas; e se dispõe a agir para tirar partido do "atordoamento", fará contatos para obter nomes adversários "para ver se entre eles posso fazer algum trabalho". A 20 de maio telegrafa do palácio, em Porto Alegre, urgente e cifrado, comunicando a Floriano: "devo seguir fronteira sem interromper operações" e informa que "consta Joca Tavares já quer dissolver sua gente, porém Gumercindo e Salgado opuseram-se''. (Arq. Nac.)

> A 21 de junho a imprensa noticia seu retorno: "Regressou a Bagé, de sua viagem ao acampamento dos federalistas, no Estado Oriental, o Senador Cunha Junior, que teve com o general Silva Tavares uma longa conferência secreta, de que se lavrou uma ata, que foi levada fechada e lacrada, para o Rio de Janeiro." (Alm. 1897, p. 61)

Não localizamos a referida ata. Todavia, Felisbello Freire, Ministro e defensor de Floriano, portanto com acesso a informações muito especiais, em seu trabalho sobre a Revolta da Armada (6 de setembro de 1893) relata os pontos do acordo que saíram da reunião com o General Tavares:

> "...alguns dias depois (na verdade algumas semanas depois da chegada) estava em conferência com o general Tavares, depois de entender-se com o Governador Julio de Castilhos, firmando-se as bases do acordo para o final da guerra...
>
> "Elas consistiam na maior garantia aos direitos e liberdades dos revolucionários, que deixariam as armas, para comparticipar da vida política do estado. Consistiam ainda na retirada do Sr. Julio de Castilhos do governo, passando a administração ao seu substituto legal. A conseqüência deste fato seria proceder-se a eleição de governador, devendo ser ela pleiteada pelos revolucionários, que deviam contar com a mais ampla liberdade do direito do voto." (Freire, 1896, p. 39-40).

Estes pontos são os mesmos apresentados por Castilhos em sua carta, por ocasião dos encontros com Silveira Martins, e mais tarde apresentados ao major Faria, quando este tentava a pacificação.

Freire refere um ponto muito curioso, que teria sido acertado por Cunha Junior e Castilhos, com aprovação do Marechal: "que se esperasse por um combate, em que as forças legais tivessem uma vitória assinalada", "para não se acreditar que a retirada do governador da administração dar-se-ia com uma exigência da revolução". (ib., p.40)

Por essa época, um jornal de Porto Alegre transcreve cogitações de um jornal fluminense, simpático ao governo deste Estado – "O Tempo" –, que parece confirmar esse acerto:

> "Parece que...
>
> ...para a pacificação, porém, espera-se um combate decisivo entre os beligerantes, afim de não se dar parte de fraco..." (Jornal do Commercio, de Porto Alegre, 20.05.1893).

Em princípios de junho, ainda em andamento a missão Cunha Junior, realiza-se no Rio uma reunião de senadores e deputados convocada para tratar dos meios de promover o congraçamento da família rio-grandense. Pretende ser uma reunião da maioria e da oposição no Congresso, mas o clima, a julgar pela notícia, é mais de oposição. Depois de breve discussão, assume a presidência Saldanha Marinho. É apresentada moção assinada por Seabra e Ernesto Jacques Ouriques propondo que Vice-Pesidente, como fizera Deodoro, resigne o poder nas mãos do seu substituto

legal, com o que se alcançaria a pacificação do País. Logo outra moção é apresentada por Fonseca Hermes e Luis Murat, tentando moderação. Mata Machado interfere com argumentação impetuosa, critica a oposição e diz o que se deve procurar é paz. Intervém Ouriques, que apresenta moção propondo seja dissolvida a reunião. A moção é aprovada.

Essa reunião, por um lado, revela o grande interesse pela pacificação, o que era de tal sorte presente na imprensa, entre autoridades e no Congresso, que levava deputados e senadores a repetir não se acreditar que houvesse um brasileiro que não desejasse a paz. Por outro lado, porém, parece tratar-se de um expediente para pressionar o Governo a promover o entendimento e a pacificação.

A opinião pública na Capital está dividida e a cada dia se radicaliza mais. Uma corrente favorável a Floriano é extremamente radical, os "florianistas", que recebe dos adversários a denominação de "jacobinos". A oposição ao governo no Congresso, em particular representantes rio-grandenses de oposição com Demétrio Ribeiro à frente, aumentam cada dia a veemência contra o Governo. Depois da retomada do governo por Julio de Castilhos as manifestações se tornam mais radicais. A saída do contra-almirante Custodio de Mello e de Serzedelo Correa dos Ministérios é um estímulo à oposição.

Tudo isso se torna um forte obstáculo aos entendimentos. E vai desembocar na revolta da Armada. Antes desta, porém ocorre a descabelada aventura de Wandenkolk, na tentativa de tomar o porto de Rio Grande, onde chegou a 8 de julho. Termina preso em Santa Catarina. Nesses dias Cunha Junior se preparava para voltar ao Sul, quando os tentames de alçançar a paz são frustrados. Em declaração do Senador Cunha Junior sobre sua missão explica-se:

> "Esse fato (entrave Wandenkolk) perturbou a auspiciosa tentativa. A esse seguiram-se outros que destruíram todo o empenho do Marechal Floriano Peixoto, que, como todos os brasileiros, queria a paz..."(Villalba, p. 259).

Termina assim melancolicamente, mais esta tentativa para alcançar a pacificação; e a revolução tomava novo impulso e novas invasões ocorriam.

— — — — — — — — — —

Além dos ensaios para entendimentos com os revolucionários, acima tratados, promovidos com autoridades executivas federais ou estaduais, foram realizadas algumas tentativas no Congresso Nacional. Também na Câmara dos Deputados, em especial, as tentativas de paz não alcançariam resultado. Destas tratar-se-á em outra oportunidade. Também em outro lugar esperamos tratar da iniciativa de Prudente de Moraes, levada a efeito quando assume a presidência da República e que consegue resultado definitivo.

ANEXOS

DOC. 1

Telegrama do Gal. João Telles ao Mal. Floriano, sobre o cumprimento de sua missão:

"Urgentíssimo – Reservado – S.N.

Expedido estação Bagé, 2 de novembro de 1892.

Marechal Floriano, Rio.

Ontem estive com o general Tavares, que não concorda na conciliação, visto estar seriamente comprometido com seus amigos. A revolução no meu entender é inevitável desde que não se tome as providências necessárias.

Pelo modo por que chegaram as cousas aqui, acho que V. Exa., deve declarar já o Rio Grande em estado de sítio, nomeando imediatamente um governo militar, mas que esse seja alheio às paixões políticas do Rio Grande. V. Exa., não faz idéia dos horrores que se têm praticado; os assassinatos são em número muito elevado, pois, já por toda parte se degola homens, mulheres e crianças, como se fossem cordeiros; o saque está por demais desenvolvido, assim é que não há nenhuma garantia, quer individual, quer material.

V. Exa. não conhece nem a terça parte dos horrores que se têm cometido, sendo infelizmente praticados por pessoas que deviam ser os mantenedores da ordem pública. Em Porto Alegre, por ocasião de efetuar-se a prisão de Facundo Tavares, foram feridos com dois balaços o meu sobrinho major Pantaleão Telles e também o oficial que compunha a força e mortos dois filhos de Facundo; de modo que isto na minha opinião vem agravar mais a situação, por demais melindrosa.

Os ânimos estam exaltadíssimos e por isso suponho que a invasão se fará com brevidade. Os coronéis Pedroso e Motta, chefes republicanos de Piratiny e Cangussú, e também o tenente-coronel Candido Garcia, daqui de Bagé, segundo estou informado, são os maiores assassinos e ladrões no Rio Grande e é a quem mais se deve este estado de cousas. Assim me parece que V. Exa., deve quanto antes tomar providências enérgicas afim de evitar uma catástrofe que necessariamente refletirá em todo o país.

Suponho que o único meio a seguir é, como já disse a V. Exa., considerar já o Rio Grande em estado de sítio nomeando sem perda de tempo um governador militar, mesmo por ser essa medida desejada pelo povo rio-grandense.

Saudo-vos afetuosamente. Sigo amanhã Cidade Rio Grande levar famílía.

Zqkjscn – ddy-ldyzodq – cd– bdijlut – nroj – vdb – ddrj. General João Telles."

(Documento transcrito de Villalba, 1897, p. 69.70.)

DOC. 2

Telegrama

Reservado – Urgente

Porto Alegre, 20.5.92

Marechal Floriano Peixoto

Logo que cheguei aqui, procurei Castilhos Demétrio, dizendo a este que sentia não trazer carta ministro Antão, respondeu-me não fazer ela falta porque Antão havia telegrafado, comecei dar cumprimento missão que só patriotismo e dedicação a V. Excia. fizera aceitar;estudo situação ouvi imparcialmente chefes dous lados, conversei general Vasques, concluindo que partido Republicano com elementos força é de Castilhos. Governo muito fraco apoiado alguns lentes e alunos escola e flotilha conta muito poucos elementos, não pode disputar eleições, Castilho, abstendo-se, como está resolvido, Gaspar infalivelmente vencerá, se adiar novamente eleições, talvez não seja possível evitar desordens gasparistas. Procurando bases para acordo, demetristas exigiam reconhecimento sua constituição e todos seus atos, cedendo somente convenção, decretando-se porem definitivamente constituição; Castilhos, baseado seu manifesto onde declara abandonar poder à camarilha, julga-se presidente constitucional e quer volta da legalidade; gasparistas, pela Reforma, atacam governo Estado, dizem que ele desvirtua intuitos revolução, ataca constituição achando pior que a primitiva e clamam pela eleição, apresentando para solução crise o expediente de lista incompleta candidatos. Depois muitas conferências um e outro partido perturbado gravemente pensamento união pelo telegrama do que vos dei ciência 12 corrente, assinados chefes gasparistas visado pelo Governador pede cada partido, Castilhos e Demétrio, apresentasse um alvitre para solução crise, devendo cada um ceder até onde permitisse dignidade política. Castilhistas apresentaram então o seguinte: General B. Leite, entregaria poder Gal. Vasques chefe Distrito, este chamaria, Dr. Castilhos que não assumiria sendo o seu único ato renunciar e escolher Vice-Governador, estando melindrado a aceitar um acordo nessa escolha; para evitar governo sem orçamento, sendo chamado antigo Congresso que renunciaria funções logo depois votadas leis de meios, procedendo-se então eleições Governador e Congresso. Proposto este alvitre a 17 por partido forte, contanto todos deputados federais, exceção Demétrio, e senadores, tendo em vista o que ouvira general Vasques, aceitei como solução, crise atual e antes de comunicar-vos procurei faze-la aceitar pelo grupo Demétrio, ontem havia conseguido Telles declaração de que se alvitre proposto, garantia sossego, Rio Grande, eles não se oporiam, mas para isso seria preciso gasparistas, também aceitassem, sem o que não se evitaria desordens, se estes aceitassem, eles também. Estavam as coisas neste pé e me preparava, ontem para comunicar-vos o resultado obtido quando me chegou às mãos o telegrama que transcrevo, passado pelo Ministro da Agricultura, cuja autenticidade é garantida pelo chefe Republicanos Castilhistas cujas provas materiais existem aqui guardadas à disposição V. Excia., a vista dele depois exposição franca e leal que acabo de fazer minha conduta aguardo vossas novas ordens. "Telegrama. Tenho palavra marechal Vasques, garantirá ordem fronteira. Não devemos duvidar este cumpra ordens recebidas. Ordem interna cabe Governador, garanti-la contra tudo e contra perturbadores sejam quais forem. Nossa terra não pode continuar vítima grupo desordeiros capitaneados Castilhos. Em defesa autonomia Estado, paz pública, tranqüilidade família rio-grandense deveis agir energicamente momento oportuno. Se Vasques, trair seus compromissos de soldado de certo responderá ante autoridade competente. Afirmo todos saberá ele cumprir dever. Em todo caso falarei hoje Marechal. Nada tenho com emissário mas estou certo, seu procedimento irregular não foi autorizado, V. (sic) presidente. Julgando-o suspeito, sem critério para missão de caráter político, não intervim nem com indicações, nem de outro qualquer modo. Prova tens, fato não ter ele levado cartas minhas. Quando foi lembrado alvitre mandar enviado tratar

congraçamento aí pensei Glicerio, velho republicano, nosso camarada. Repito, nada tenho emissário que julgo estar mal cumprindo missão. É essa também opinião colonia. Rio-grandense aqui. No dia em que me convencer de que o Governo pensa repelir promotores gloriosa revolução Novembro para, intervindo com força pública, entregar minha terra aos que, de armas na mão, tentaram desonrá-la apoiando, defendendo o golpe de 3 de novembro, nessa dia julga-lo-ei indigno meu concurso, que só presto aos que dignamente sabem servir a pátria, respeitando opinião esclarecida, observando leis lealdade e honra. Tendes apoio Rio Grande. Ficai tranqüilo, enquanto eu for ministro não concorrerei nem cientemente faria assentimento a qualquer plano, restabelecer aí situação de outrora. Em tal emergência cumpriria, como sempre, meu dever. Resumo, garantam ordem interna, se Vasques, respensável fronteira, acho impertinente, importuna lealdade reciproca a que jamais faltei. Assunto resolveremos conversação íntima. Adeus. Antão" – Major Faria.

(O original se encontra no Arquivo Nacional).

Bibliografia citada

CAMARA, Rinaldo Pereira da – O Marechal Camara – sua vida política – Porto Alegre, IEL, 1979, 3° v. 664 ps.

ESCOBAR, Wenceslau – Apontamentos para a História da Revolução de 1893 – Porto Alegre, Globo, 2° milh., 1920. 544 ps.

FREIRE, Felisbello – História da Revolução de 6 de setembro de 1893 – Rio de Janeiro, Cunha Jr., 1896, v. I. . 355 ps.

MARTINS, José Julio Silveira – Silveira Martins – Rio de Janeiro, Tip. S. Benedito, 1929. 419 ps.

ROSA, Othelo – Julio de Castilhos – perfil biográfico e escritos políticos – Porto Alegre, Globo, 1930, 2ª tiragem, 327 – 518 ps.

VILLALBA, Epaminondas – A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (Documentos e Comentários) – Rio de Janeiro, Laemmert, 1897. CXXXI – 283 ps. c/mapa.

ALMANAK Literario e Estatistico da Província do Rio Grande do Sul – (org. Alfredo Ferreira Rodrigues) – Pelotas, Liv. Americana. Anos 1889 – 1917.

NOTA:

– A abreviatura Alm. significa "Almanak Literario e Estatistico; e a abreviatura Arq. Nac. significa "Arquivo Nacional", onde o documento é encontrado.

JOSÉ ANTÔNIO MARTINS, PIONEIRO ESQUECIDO DO DESENVOLVIMENTO DA CAMPANHA RIO-GRANDENSE

Coralio Bragança Pardo Cabeda

Desde há alguns anos, vem sendo levantada a questão do desigual desenvolvimento sócio-econômico das regiões do Rio Grande do Sul.

As tentativas de explicação do fenômeno, cujas conseqüências são bastante conhecidas, tais como o despovoamento dos campos, o inchaço das vilas periféricas, o desemprego, a marginalização, a pobreza e a perda do poder político dessas regiões, ainda não tiveram o condão de desencadear o processo capaz de, pelo menos, lançar as bases de um desenvolvimento mais harmônico e socialmente mais justo.

Persistem ou tendem a agravar-se tais distorções, sem que vislumbremos, já em final de século, a sua solução, inobstante toda a experiência acumulada ao longo das últimas décadas no trato desse momentoso problema.

Entretanto, ao contrário do que muitos possam supor, não faltaram homens de visão, nem iniciativas corajosas no passado que, se amparados e estimulados, poderiam ter concorrido para modificar o panorama atual.

Entre esses pioneiros da industrialização e do desenvolvimento avulta um nome, hoje quase esquecido: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS.

Nascido em Bagé, em 19 de abril de 1881, filho de Antônio Maria Martins e de Cipriana Lucas Martins, era José Antônio neto paterno do prócer farroupilha Dr. Antônio José Martins Coelho, Procurador-Geral da República Rio-Grandense, representando o município de Piratini. Laços de parentesco ligavam-no, ainda, ao grande líder político Conselheiro Gaspar Silveira Martins.

A família Martins, que teria o seu destino ligado às nossas contendas internas, desde a Revolução Farroupilha, conseguira subtrair-se aos horrores da guerra civil

de 1893-95, graças à visão de Antônio Maria Martins. Com efeito, ao eclodir a guerra civil, emigrara com a família para a República Oriental do Uruguai, levando o gado de sua propriedade para os campos arrendados no Departamento de Salto.

Pacificado o Rio Grande, pudera retornar a Bagé com os rebanhos sensivelmente multiplicados. Homem de visão progressista, destinara o filho José Antônio aos estudos agronômicos, preparando-o para a assunção dos negócios. José Antônio Martins concluiu o curso de Agronomia em dezembro de 1900, no Liceu de Agronomia e Veterinária de Pelotas, antecessor da atual Escola de Agronomia Eliseu Maciel. Aluno brilhante, foi aprovado plenamente em todas as cadeiras, recebendo o "aprovado com distinção" em Química Agrícola e Economia Rural. A cerimônia de colação de grau teve lugar em 15 de abril de 1901, sendo seu único companheiro de turma outro pioneiro do ruralismo gaúcho, Leonardo Brasil Collares, fundador do Herd Book Collares e também natural de Bagé.

Nesse mesmo ano de 1900, a família Martins adquiria a Estância do Céu, no município de São Gabriel, com uma extensão de 2,5 a 3 léguas de sesmaria, pois as estâncias da Taipa e do Cerrito, localizadas no vale do Camaquãzinho, em Bagé, já não comportavam o rebanho retornado do Uruguai.

Para lá, seria enviado como administrador o jovem engenheiro-agrônomo. A Estância do Céu seria o seu laboratório de experiências, onde poria em prática as técnicas e os conhecimentos adquiridos no Liceu de Agronomia e Veterinária de Pelotas. Mas, não guardaria para si os resultados de suas observações. Iria difundi-los através da Revista Agrícola do Rio Grande do Sul, mantida pelo Liceu e que, entre 1897 e 1910, seria importante veículo de idéias para a modernização do nosso setor primário. José Antônio Martins foi colaborador da Revista Agrícola desde os tempos de estudante e um exame das matérias abordadas é bastante revelador das questões que seriam a sua preocupação como técnico e como empresário. Ali, encontramos observações sobre a criação de mulas – então importante fonte de receitas do Rio Grande – como método melhorador de pastagens, principalmente em campos mais pobres, o seu desfrute e o alto preço alcançado nos mercados do norte do Brasil; o papel reservado à cultura da alfafa na nova fase da agricultura gaúcha; o melhoramento do gado crioulo, mediante o cruzamento com raças européias, tendo em vista o aumento nos rendimentos de carne e leite, as aptidões a explorar e as exigências alimentares de cada raça; as vantagens econômicas e zootécnicas da adoção de métodos de castração de animais de inferior qualidade, etc. Todas elas com reflexos sobre os lucros da exploração pastoril. E tinha plena consciência das exigências de um mercado que era a aspiração da pecuária rio-grandense, o de carnes frigorificadas, à época, já uma realidade nos países do Prata, mas ainda um projeto entre nós. Ressalte-se que o Governo do estado firmaria em 1903 contrato com a empresa inglesa The Brazilian Cold Storage and Development Limited para a exploração da indústria de carnes frigorificadas.

Consciente da necessidade de modernização do setor primário, associara-se à Sociedade Agrícola Pastoril do Rio Grande do Sul, entidade fundada em Pelotas, em

fins do século XIX, para a defesa dos interesses da classe ruralista e propugnar pela sua evolução, patrocinando exposições, concedendo prêmios e divulgando as últimas conquistas da ciência agronômica, verdadeira antecessora das associações e sindicatos rurais. Entre seus membros estavam figuras do porte de Joaquim Francisco de Assis Brasil, Coronel Pedro Osório, Ildefonso Simões Lopes, Domingos Mascarenhas, Vitor Leivas, Guilherme Minssen e tantos outros líderes do ruralismo. Desde 1898 a Sociedade também assumira a edição da Revista Agrícola, que passaria a ser o seu porta-voz.

Em setembro de 1903, constituía-se em Bagé a empresa rural Antônio Maria Martins & Filhos, tendo como sócios os senhores Antônio Maria Martins, Octaviano Martins, Dr. José Antônio Martins, Carlos Baptista Nery e Virgílio Codevilla, como objetivo social a exploração da indústria pastoril e um capital de Rs 300:000$000 (trezentos contos de réis). Seria uma das primeiras empresas do gênero no Rio Grande do Sul.

Notava-se em sua organização a busca da especialização, pois, enquanto os campos do município de São Gabriel abrigavam os rebanhos de raça Durham ou mestiços, os de Bagé eram destinados à invernada do gado de corte e ao plantel de ovinos Rambouillet.

Seus negócios conheceriam grande expansão, tornando-se necessários a compra e o arrendamento de outras propriedades nos municípios de Lavras e São Gabriel. Assim, às estâncias da Taipa, do Cerrito, do Jaguarão-Chico e do Céu, viriam somar-se as do Pavão, do Batovy, da Casa Branca, de Santo Antônio, da Barra e a do Jacques.

No município de São Gabriel, essas propriedades estendiam-se por milhares de hectares de excelentes campos de pastagens, ricos em gramíneas e leguminosas, matas nativas e abundância de aguadas naturais, povoados por rebanhos e cobertos de plantações, sinalizando um marco na história econômica da região.

A título de curiosidade assinale-se que, àquela época, "nas matas, rincões e banhados da Estância do Pavão, ainda havia grande quantidade de gado alçado ou chimarrão. Depois de laçados e boleados por velhos campeiros, eram esses animais reunidos em sinuelos de bois mansos e tropeados para a Estância do Céu", conforme depoimento que nos deixou o Dr. Octacílio Camará Martins, filho de nosso biografado.

Desfrutava-se, ademais, de importante vantagem locacional, pois, desde 8 de outubro de 1900, grande parte dessas terras estava servida pelo ramal ferroviário de Bagé a Cacequi, o que significava acesso mais fácil aos mercados e sensível redução dos custos de transporte. Vantagem nada desprezível para uma empresa rural no início deste século, quando a precariedade das comunicações inibia fortemente a expansão das atividades econômicas.

Nem por isso deixaria a empresa de acionar judicialmente, em 1905, a

concessionária belga dos serviços, pelos prejuízos causados com a mortandade de animais do rebanho. A ação teve grande repercussão e foi considerada de "palpitante interesse", título que lhe deu a Revista Agrícola do Rio Grande do Sul (maio de 1905, página 79).

Ocorre que, por motivo de economia, a concessionária belga teimava em não cumprir a legislação brasileira, que mandava cercar o leito das ferrovias em toda a sua extensão, ocasionando grandes prejuízos aos pecuaristas. Daí, o destaque e o aplauso dados pela revista à ação judicial.

Em 1917, as estatísticas oficiais situavam a empresa rural em 3° lugar entre os maiores criadores de bovinos do Estado, com um rebanho de 18.959 cabeças. Só era suplantada pelos grandes criadores Januário Chagas e Visconde Ribeiro de Magalhães.

Quanto ao padrão zootécnico, foi uma pioneira em plantéis de origem européia, importando reprodutores e matrizes das raças Durham, Shorthorn, Hereford, Polled Angus e Holandesa, de cabanhas argentinas, uruguaias e, também, da Inglaterra e dos Estados Unidos, sempre com o objetivo de melhoramento do rebanho crioulo.

Já em 1908, o Herd Book Collares registrava a primeira inscrição de uma vaca Shorthorn de propriedade de Antônio Maria Martins & Filhos, e os muitos prêmios conquistados nos certames e exposições pastoris de Pelotas, Bagé e São Gabriel, atestariam o elevado padrão genético alcançado por seus produtos.

Como nos informaria José de Almeida Collares, filho do fundador do Herd Book Collares, "como cabanheiros das raças Shorthorn e Hereford, tiveram (os Martins) grande destaque nos certames realizados em Bagé, que, na época, representava o que hoje é o Esteio, levantando campeonatos em ambas as raças".

Os grandes rebanhos de ovinos – mais de 13.000 cabeças, em 1918 – das raças Merino, Romney Marsh, Lincoln e Rambouillet, esquilados à máquina (outra iniciativa pioneira) , produziam lã de primeira qualidade e a cavalhada, de sangue Árabe, Anglo-Árabe, Hackney e Percheron, era muito requisitada pelo Serviço de Remonta do Exército Brasileiro.

Sob a segura orientação do Dr. José Antônio Martins, a empresa transformava-se em centro irradiador da moderna zootecnia, a ponto de Landulpho Alves, então Diretor da Produção Animal do Ministério da Agricultura, pretender localizar na Estância do Céu a fazenda experimental mais tarde organizada por sua repartição em Bagé, na Fazenda Cinco Cruzes (in Fortunato Pimentel, Aspectos Gerais de São Gabriel).

Com a 1ª Guerra Mundial e o aumento da procura por alimentos e matérias-primas, a empresa chegava ao seu auge.

Agora, José Antônio Martins iria iniciar o processo de integração lavoura-

pecuária-indústria. Antecipava-se em, pelo menos, meio século à pregação dos especialistas e estudiosos da economia rio-grandense...

Em 1918, era adquirida a Charqueada Vacacaí, em São Gabriel, organizada em 1889 por Manoel Patrício de Azambuja & Filhos e projetada para localizar-se junto à futura ferrovia Bagé-Cacequi. Fora a primeira charqueada construída dentro de padrões industriais no município.

Paralelamente, organizavam-se grandes plantações de arroz, milho, feijão, mandioca e forrageiras. Ao milho, associava-se a suinocultura, produzindo-se carne salgada, banha e toucinho; à mandioca, juntava-se a atafona, produzindo farinha e amido; aos campos de alfafa, aveia e cevada forrageiras acrescentavam-se as plantações experimentais de capim de Rhodes, phalaris, bulbosa, cevadilha australiana e acrostis americana...

1.200.000 pés de eucaliptos foram plantados sob a supervisão do engenheiro florestal chileno Ulises Retamal Andes, para futuro fornecimento à Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Essa grande floresta, compreendida no estabelecimento denominado Santo Antônio, entre a Parada Waick e a Estação Suspiro, no município de São Gabriel, era outro exemplo de judiciosa aplicação da teoria locacional à geração de receitas para a empresa. Realizavam-se, também, experiências na formação de matas de pinheiros, angico e erva-mate.

Outro técnico estrangeiro, George L. Wetzel, um agrimensor de Nebraska, Estados Unidos, tinha a seu cargo as lavouras de arroz e de mandioca.

Do solo da região, extraíam-se argilas para a fabricação de telhas francesas e tijolos refratários.

Tudo isso, em síntese, constituía-se no que, modernamente, seria chamado de complexo agro-industrial, empregando mais de 500 trabalhadores, vale dizer, garantindo o sustento de milhares de pessoas.

Era algo inédito na história do município de São Gabriel.

Quanto às relações trabalhistas, em era distante da moderna legislação social, falam bem alto os depoimentos colhidos por Osório Santana Figueiredo, historiador das charqueadas gabrielenses, junto a velhos operários da empresa, saudosos de um longínquo período de fartura.

Entre 1920 e o final da década, São Gabriel respondeu por cerca de 9% dos abates destinados a charque em todo o Estado e a Charqueada Vacacaí contribuiu com mais de 152.000 cabeças desse total (in Fortunato Pimentel, op. cit.).

Esse progresso material, entretanto, não era incompatível com preocupações de outra ordem, quais sejam, a preservação do patrimônio cultural-religioso do município, como bem testemunhou Monsenhor Henrique Rech: "em 1909, a primeira

capela (erigida no município) estava em completa ruína; foi reconstruída no mesmo local (Batovi), por iniciativa de Antônio Maria Martins & Filhos e solenemente benta e reinaugurada em 20 de outubro de 1920" (in Aristóteles Vaz de Carvalho e Silva, São Gabriel na História). Ao que acrescentaríamos, foi um acontecimento digno do que aquela data significava para a família, as Bodas de Ouro de Antônio Maria Martins e Cipriana Lucas Martins.

Em 1923, com um capital de Rs 1.000:000$000 (mil contos de réis), a empresa poderia aspirar às mais amplas perspectivas de desenvolvimento. Mas, tanto progresso e tanto desenvolvimento chocavam-se com a visão estreita que presidia à época e, de mais a mais, os Martins não pertenciam ao partido político que regia os destinos do Rio Grande. Pelo contrário, eram filiados à oposição. Urgia, pois, pôr um termo àquela fonte de recursos e de votos...

A charqueada clandestina, o abigeato e a vizinhança atrabiliária, mas simpática ao mandonismo local, seriam os agentes desse processo sinistro, formando uma verdadeira "indústria, criada, mantida e, por assim dizer, animada pela autoridade" (carta do Dr. Fernando Abbott, intercedendo em favor dos Martins, datada de 23 de agosto de 1920).

A Revolução de 1923 viria a calhar, proporcionando a cobertura legal para as perseguições, prisões, roubos e depredações. "Levantaram-se manadas e rodeios, que foram parar em outros municípios", como escreveria o americano George L. Wetzel, em artigo no Correio do Povo, quatro décadas mais tarde.

A derrota da força revolucionária de Estácio Azambuja, onde militava o escol dos oposicionistas gabrielenses, em Santa Maria-Chico, foi o marco divisório da empresa Antônio Maria Martins & Filhos, assinalando o início da sua decadência, como escreveu o Dr. Octacílio Camará Martins. Isso porque, percebeu-se a inviabilidade de uma solução pelas armas e a retomada, com mais força, das perseguições e depredações.

Com o advento da Paz de Pedras Altas, iniciou-se paciente trabalho de reconstituição do patrimônio da empresa, seriamente prejudicado pela revolução. Nessa tarefa, contou-se com o auxílio e a dedicação de seus trabalhadores, que dela se consideravam parte integrante.

Mas, nem aí, cessaram as perseguições. A 24 de junho de 1924, uma força de "Provisórios" atacava a Estância do Céu, matando dois empregados e levantando a cavalhada, inclusive animais de raça. O Dr. José Antônio Martins somente escapou com vida pelas interferências de Tunuca Silveira, charqueador e chefe republicano local, e do Dr. Fernando Abbott, que, mesmo no fim da vida, conservava intactos prestígio e autoridade em São Gabriel.

A Estância do Céu assistiria à repetição do drama vivido pelo seu antigo proprietário, o imigrante alemão Frederico Fayet, perseguido e arruinado na Revolução de 1893. Trinta anos depois, seria a vez de José Antônio Martins. Daí para a frente seria a decadência em marcha batida.

O ciclo revolucionário da década de 20 acarretaria grandes prejuízos aos pecuaristas gaúchos, tanto pelas requisições não reembolsadas, como pelas depredações.

Pouco depois, viria a crise de 1926, iniciada na Inglaterra com longa e amarga greve nas minas de carvão e seguida pela chamada "Grande Greve Geral", que desvalorizaria o mercado platino de carnes e incentivaria o contrabando de charque e de gado em pé através da fronteira do Rio Grande.

Tratando desse assunto, o Correio do Povo, em edição de 26 de março de 1927, arrolava como causas da crise da pecuária que duraria mais de dois anos, os seguintes itens, além do já mencionado:

1°) o chamado "contrabando oficial", através da manipulação de guias de exportação do charque em trânsito por Montevidéu;

2°) a perda do mercado cubano de charque para o produto do Prata;

3°) a proibição pelo governo federal da matança de vacas em período de superlotação dos campos;

4°) a concorrência do charque platino nas praças do norte do Brasil;

5°) a falta de crédito a longo prazo para os criadores, invernadores e charqueadores.

Para que se faça uma idéia da extensão da crise, observe-se que, entre 1927 e 1931, as exportações de charque rio-grandense caíram de 61.411t para 32.385t, ou seja, uma queda de 47% em curto período de tempo (dados absolutos extraídos de Sandra J. Pesavento, RS: A Economia & o Poder nos Anos 30, página 52);

Pressentindo as dificuldades financeiras da empresa e o seu possível agravamento por novo movimento revolucionário, eclodido em novembro de 1926, um dos sócios retira-se em dezembro daquele ano, vendendo sua participação por Rs. 460.000$000 (quatrocentos e sessenta contos de réis), quando mais necessários se faziam esses recursos no capital de giro da empresa.

Em 1929, a pá de cal, com a "Grande Depressão" e seu cortejo de inadimplências e falências, atingindo em cheio a já combalida indústria do charque.

Outro sócio, com interesses em charqueada pelotense e pressionado por dívidas junto ao Banco Pelotense, também se retira da sociedade. O próprio Banco Pelotense seria uma das vítimas da crise.

Para agravar, ainda uma vez, a mão da política. O já citado George L. Wetzel escreveria: "os prazos das obrigações da firma foram, por razões políticas, desrespeitados. A falência foi processada por motivos similares aos da dissolução do Banco Pelotense."

Em 1930, o Banco do Rio Grande do Sul executava a empresa. Foram entregues em dação de pagamento, conforme documento datado de 3 de novembro de 1931, os seguintes bens:

a) a Estância do Jaguarão-Chico, com 26 quadras de sesmaria;

b) a Estância da Taipa (compreendendo a do Cerrito), com 84 quadras de sesmaria;

c) uma área de campo, com 16 quadras de sesmaria, compreendendo a Charqueada Vacacaí;

d) o Rincão do Paraíso, com 10 quadras e 34 braças de sesmaria;

e) a Estância do Céu, com 100 quadras de sesmaria, compreendendo o estabelecimento denominado Santo Antônio e uma plantação de 1.200.000 pés de eucaliptos.

No total, 20.731 hectares, 52 ares e 68 centiares, ou 236 quadras e 34 braças de sesmaria, avaliados pelo Banco do Rio Grande do Sul em Rs. 7.134:000$000 (sete mil, cento e trinta e quatro contos de réis), que foram recebidos pelo valor de Rs. 5.895.315$100 (cinco mil, oitocentos e noventa e cinco contos, trezentos e quinze mil e cem réis)!...

Foi advogado da empresa durante o pleito o Dr. Maurício Cardoso.

É de justiça salientar o papel desempenhado pelo General José Antônio Flores da Cunha, que tentou salvar alguma coisa do patrimônio da empresa. Flores da Cunha foi correto com os Martins, tanto na guerra, respeitando-lhes os bens, como na paz, pois, ainda em 1932, como Interventor Federal, desenvolvia esforços para amenizar-lhes a situação.

Segundo nos informou o Dr. Octacílio Camará Martins, esses campos, à época da falência, eram povoados por cerca de 30.000 cabeças de gado vacum, puros por cruza e por pedigree, 50.000 ovelhas, 1.000 cavalos e grande criação de mulas. Tudo teve de ser vendido. As propriedades não arroladas pelo Banco do Rio Grande do Sul, como a Estância do Batovy, foram vendidas a particulares.

Pouco depois da execução da dívida, viria em socorro da pecuária o Plano de Reajustamento Econômico. Uma verdadeira ironia da sorte...

Mas, o mal já estava feito. José Antônio Martins, pioneiro do desenvolvimento econômico da Campanha, doente, desiludido e incompreendido, falecia a 14 de dezembro de 1931, aos 50 anos de idade.

Como escreveria Carlos Reverbel: "de minha parte, direi que dele ficou uma imagem de grandeza e um exemplo de construtivismo de que podem se orgulhar sua família, bem como a sua velha Escola Eliseu Maciel, a sua querida terra de Bagé, alguns velhos amigos e – por que não? – o Rio Grande do Sul. Tive a sorte de conhecê-lo no comando de sua grande e progressista empresa. Foi o primeiro empresário que admirei. Ele não trabalhava para sentar em cima do dinheiro, como

dizia Mr. George Wetzel. Trabalhava para gerar riquezas que, por sua vez, melhoravam econômica e socialmente os lugares onde montava os seus negócios." (in Correio do Povo, 10.07.83).

Resta uma constatação, uma triste e melancólica constatação: decorridos 63 anos do falecimento de José Antônio Martins, o município de São Gabriel, que tanto lhe ficou a dever, ainda não resgatou essa dívida de gratidão.

José Antônio Martins ainda é o pioneiro esquecido do desenvolvimento econômico de São Gabriel e da Campanha rio-grandense.

Sua obra notável, que não teve seguidores, mostrou o que poderia ter sido o processo de desenvolvimento sócio-econômico de toda uma grande região do Rio Grande do Sul, talvez sem os dramas a que hoje presenciamos.

UM DOCUMENTO INÉDITO SOBRE OS "MUCKER" DO FERRABRAZ

Pe. Arthur Rabuske, S.J.

Observação preliminar.

O que se lê abaixo, vem a ser a tradução vernácula dum texto redigido em alemão sobre a seita dos "Mucker", sendo seu autor o Pe. Augusto Lohmann, S.J., Diretor então do Colégio Nossa Senhora da Imaculada Conceição de São Leopoldo,RS e ao mesmo tempo Superior da comunidade jesuítica. Descobrimos esse documento em 1972 no Arquivo Provincial dos Jesuítas em Colônia, Alemanha e sem mais o copiamos, pelo interesse que hoje nos oferece.

Como se vê, está com a data de 4 de julho de 1874, sendo por conseguinte seu conteúdo um pouco anterior à catástrofe final dos "Mucker". Faz ele parte de uma carta, endereçada em latim por seu autor ao Provincial Pe. Augusto Oswald, S.J., residente então na Holanda, pois os jesuítas alemães, devido ao "Kulturkampf", desde 1872 se achavam no desterro. Por motivos facilmente compreensíveis, o padre no caso vertente se serviu para sua correspondência epistolar do idioma alemão, que lhe era mais corrente que o latim, por bem que também conhecesse a língua de Cícero.

Constando-nos que o teor deste documento até hoje se encontra inédito, passamo-lo ao português e aqui o oferecemos ao leitor interessado.

O tradutor, Pe. A. Rabuske.

São Leopoldo, (Província do Rio Grande do Sul), 4 de julho de 1874.

.....O resto do espaço da carta quero aproveitá-lo, para de modo especial ainda comunicar, em linguagem corrente, diversas notícias relativas a uns fatos ocorridos

aqui em hora recente. Talvez já se tenha informado a Vossa Revma. algo a propósito do assim chamado "muquerismo", cuja origem, em breves traços, é a seguinte:

Faz cerca de dez anos um certo Maurer, protestante e colono (agricultor) do assim cognominado Ferrabraz, distante daqui de São Leopoldo umas quatro horas (a cavalo) e pertencente a esta freguesia, começou a apresentar-se como charlatão, fazendo curas. Embora seu agir, sobretudo importasse em impostura, pois – como me diziam diversos colonos, que tinham feito a experiência, confeccionava-se para as mais várias doenças o mesmo remédio numa só panela –, conquistou esse homem para si, embora fosse inculto de todo, mal sabendo ler e escrever alguma coisa, assim mesmo a fama de um curandeiro. Talvez fosse porque, de vez em quando, por acaso se conseguia alguma melhora após a aplicação do remédio, respectivamente da beberagem universal. Em sua conseqüência o Sr. Maurer passou a ter uma clientela numerosa, vinda até de longas distâncias.

Agora como que serão dois anos, desde que também a Sra. Maurer entrou em cena. Virou ela de súbito em sonâmbula, que, entregue a um sono aparentemente magnético, via e pronunciava as coisas maravilhosas mais diversas. Digo "aparentemente", porque os médicos, depois de examinada essa pessoa, declararam não passar toda esta história de um embuste. Mas a coisa era inusitada e nunca havida para a grande maioria dos colonos incultos, e assim encontrou a mulher, entre os clientes, sem dúvida abundantes e curiosos, não poucos admiradores, os quais apenas conseguiam explicar o fenômeno como algo sobre-humano e preternatural, ainda mais que ela em tais transes apenas falasse de assuntos religiosos, predissesse coisas futuras e, sobretudo, tendo a Bíblia sagrada na mão, preferisse explicar a essa gente passagens como que de todo desconhecidas, em sentido próprio e novo. Isso passou a convencer e resultou num ser sobre- humano, celeste, o qual a partir de então obteve o nome de "profetiza" e na realidade veio a considerar-se um novo "Messias" (feminino).

Desta forma apontou ao lado do "doutor João" ("Wunderdoktor-Hannes"), pois João era o nome de batismo do Sr. Maurer, a curandeira Jacobina ("Wunder-Jacobina", no original!), sendo Jacobina o nome de batismo dela. E atrás dos dois surgiu um certo senhor "Kleiner" (assim pro "Klein" e em letra reforçada!), que era homem letrado, já praticara de pregador em diversos lugares, sempre recebera em toda a parte a dispensa para outros tempos, mas agora acreditava fazer um bom negócio neste "affaire", tanto mais que se achava com aquele curandeiro em situação de parentesco próximo, uma vez que sua esposa era irmã de Jacobina. Assim se encontrava criada em breve uma religião nova. Aquilo que dizia a celeste Jacobina, tomada do Espírito, eram os dogmas da religião em foco, sendo que fiéis acorriam em massa. O Sr. Klein, homem letrado e astuto havia encontrado seu emprego (talvez "ganha-pão"). Encontrar uma fórmula para a aceitação nessa comunidade religiosa não era lá uma invenção assim tão difícil (para ele); e o Rio Grande do Sul podia sentir-se feliz com a sua nova comunidade celestial.

Nunca propriamente se chegou a saber o número exato dos adeptos da seita. Contudo, sempre lá terão sido umas 60 a 80 famílias, pronunciadamente protestantes em sua maioria e apenas acrescidas de uns poucos católicos isolados. Nestes se achava, porém, ser possível descobrir a causa de seu ingresso na seita em pontos de referência não limpos de todo.

Apenas quando a seita formalmente se havia constituído, designando-se dali em diante seus adeptos de "Mucker", quando estes entraram em certa tensão e passaram a tomar uma posição em algo ameaçadora com os que não queriam ter relacionamento com os mesmos, e quando o sobrenatural, o preterumano e o espiritual já começou a tornar-se um pouco natural, humano e carnal, despertou o Governo e através de sua polícia determinou deter o senhor e a senhora Maurer, para fins de inquérito minucioso sobre a questão e tudo que a envolvia. Naquela ocasião ter-se-ia de certo podido evitar muita coisa ruim, sendo pelo emprego de uma energia maior e através da prisão dos suscitadores de tal abuso. Procedeu-se, porém, com excessos de brandura, e os dois em breve se viram soltos, somente exigindo-se deles a promessa de não mais realizarem os encontros religiosos, que até então todos os domingos e dias de festa se haviam efetuado na casa do Maurer.

Não muito demorou, porém, até que a promessa estivesse esquecida. Voltou-se a profetizar. Até haveria de ocorrer o fim do mundo no dia da Ascensão de Nosso Senhor do ano passado, sendo que por isso os "Mucker" se tinham reunido num monte como os únicos a se salvarem, para esperar a sua ascensão aos céus. Mas esta, para seu grande pesar, não se realizou. Deu ela contudo, em benefício de diversos membros católicos, que assim reconheceram a fraude e se retiraram da seita. Perseveraram, no entanto, os "Mucker" nos seus devaneios ilusórios.

Não se chegou a saber como a Jacobina conseguiu safar-se de sua profecia fracassada. Consta apenas como coisa certa que os "Mucker" depois se reuniram como antes, até ergueram um templo sólido de pedras em espaço contíguo à casa do Maurer, sendo em parte a construção subterrânea, para eles poderem celebrar melhor ali os seus encontros secretos, que em todo o caso se qualificaram com alguma razão com o termo de "orgias". É que circulavam suspeitas curiosas a propósito da aparição muita vez deslumbrante e do comparecimento da Jacobina no meio do encontro. E que lá se consumou o casamento sob mera palavra de honra, é fato comprovado.

Como parece, a partir da detenção do casal curandeiro para fins de interrogatórios, talvez também devido a manifestos mais bruscos dos "não-Mucker", desde então já se apoderou uma crescente amargura dos sectários. Começaram estes a ameaçar àqueles com armas, ou seja aos que de alguma forma se lhes opunham ou os contradissessem. Aquilo de fato não parou apenas em ameaças.

Apontaram certa noite diversos homens encapuzados diante da residência do inspetor distrital. Sem apearem das calvagaduras, eles chamam de fora pelo dono da casa. Este, por acreditar que se precisava de seu serviço e por não suspeitar nada de pior, abre a porta de seu lar, mas apanha no mesmo instante um tiro no braço. Apenas

o fechamento rápido da porta de entrada evitou um desastre mais sério. O pobre do homem hoje está com um dos braços paralisado.

Outro inspetor de quarteirão se viu forçado a emigrar com a sua família, indo buscar ao longe sua salvação, ou seja, para fugir da morte, com que ele era ameaçado. Em conseqüência disso, levaram-se novas queixas às autoridades superiores, mas nada se fez em desfavor dos acusados. Esta omissão fê-los mais atrevidos. Nova vítima veio a escolher-se: um jovem protestante, aprendiz de alfaiate, que em tempos anteriores aprendera com um mestre Mucker e ao mesmo tempo havia sido obrigado a freqüentar as reuniões dos sectários, mas delas se retirara mais tarde e conseguira emprego nesta cidade leopoldense. Seu ex-mestre já havia ameaçado que, no caso de retirada da seita, já sabia como apanhá-lo, mesmo que com um tiro tivesse de ser derrubado da mesa de trabalho.

Veio a cumprir-se essa ameaça ao pé da letra. No dia 30 de abril do corrente ano, à noite pelas 8 horas, quando a lua cheia brilhava em todo seu fulgor e beleza, surge de súbito uma grande correria com forte estrépito e vozerio. Nós (os padres!) nos dirigimos de imediato ao portão do pátio, para sabermos o que se estava passando. Mas sem demora qualquer, apareceu um jovem senhor, que às pressas viera chamar um dos padres, para que este fosse atender a alguém gravemente ferido por um tiro. Ouvimos ao mesmo tempo a propósito de mortos e diversos feridos, sem podermos entender, nesse alvoroço inicial, quem, onde e como?!

Comunicou-se-nos, porém, em breve que dois Mucker encapuzados, antes do sucedido, já estiveram na vizinhança da casa em que o aprendiz de alfaiate trabalhava, caminhando tranqüilamente de cá para lá. Esperavam eles um instante propício, enquanto a família precisamente se encontrava jantando e aquele jovem, sentado numa mesa, ainda estava ocupado em trabalhar junto à janela. Dois tiros varam essa abertura e o pobre aprendiz de alfaiate tomba morto no solo: uma bala lhe atingira o coração!

Logo mais, como se nada tivesse acontecido, os dois Mucker começaram a andar de passo tranqüilo pela rua principal da cidade, na qual também se situava aquela casa. Apenas alguns minutos depois, quando ecoou o grito "assassínio, assassínio, assassínio! Bandidos, bandidos, bandidos!", passou a suspeitar-se dos vultos vistos. Com isso, dobrando para uma rua lateral, os dois começaram a apressar um pouco os passos. Um policial então pretende detê-los, mas um tiro certeiro no seu braço torna-o incapaz para tanto.

O mesmo deu-se quanto a um aprendiz de ferreiro. Mas alguém, um terceiro, com uma acha de lenha tratou de perseguir, já fora da própria cidade, a um dos Mucker. Este, sabendo que os demais perseguidores ainda se achavam a distância, pára de súbito, vira-se com toda a calma, retira o revólver da abertura de seu manto, e também esse terceiro é baleado. Segundo parecer alheio não só recebeu um tiro, mas dois ou três, pois estava ferido em três lugares, sendo com gravidade em dois.

Fora esse terceiro, que logo tinha mandado chamar o padre e pôde obter atendimento sacerdotal. E, mesmo que de início se tinha pouca esperança de sua sobrevivência, hoje, contudo, ele se acha bastante restabelecido.

E os assassinos? – Pois estes tiveram simplesmente a felicidade de fugirem. E o que fez a seu respeito a polícia? – Diz o brasileiro "quase nada" (assim no original alemão e passa a ser explicado neste idioma!), embora se tivesse a certeza moral de que toda esta desgraça era causada exclusivamente pelos Mucker. Mas, infelizmente, existe aqui a lei de que apenas se pode proceder contra um criminoso, quando ele é descoberto "in flagranti", portanto em flagrante, ou quando duas testemunhas oculares estão em condições de confirmar a ação criminosa com juramento.

Assim, portanto, uma vez que não se conhecia a nenhum dos assassinos, pois estes astutamente não tinham dado qualquer sinal do timbre de sua voz, o Tribunal de Justiça teve suas mãos amarradas. O caso teve assim mesmo a boa seqüela de que dois dos Mucker mais temíveis e piores fossem retidos, apresentando-se para isso a ocasião propícia de eles serem obrigados ao serviço militar e despachados para a marinha.

Apenas nova ação criminosa, e esta na verdade de arrepiar os cabelos, haveria de sacudir o Governo de sua inação. Cometida foi a mesma no dia 15 de junho, à noite, sendo no seio da família de Martinho Cassel (protestante), que precisamente então estava fora de casa. A mulher (católica) e quatro filhos, dois dos quais eram nascidos da primeira esposa (protestante), e dois outros católicos, foram mortos da maneira mais brutal com pistolas e facas (facões!), e, em parte, talvez ainda com vida, jogados nas chamas da casa incendiada.

Refere-se a esse "factum" (feito) selvagem o relato de nosso "Volksblatt" (em si "Deutsches Volksblatt", o nome completo do jornal fundado por jesuítas em São Leopoldo, RS, no ano de 1871!), folha local, que trata do assunto até o dia 21 de junho. Anexo-o aqui, para não precisar escrever tudo isso. Somente lhe acrescento que não param de aparecer novos informes a propósito do vandalismo dos Mucker.

Precisamente acabo de receber do Rev. Pe. Blees (Superior e Pároco de São José do Hortênsio, RS, em 1874, e, logo depois, Superior de toda a Missão Jesuítica no RS!) uma carta, segundo a qual também um bando, constituído de 9 a 10 Mucker, matou ali uma senhora idosa. Um dos homens da picada apanhou quatro feridas de tiros. Outro homem, ainda jovem de idade, contra o qual, ao passar a cavalo, por diversas vezes se dispararam tiros, felizmente deixou de ser atingido. Reunindo-se então os colonos dali, os Mucker não mais ousaram fazer qualquer ataque ulterior, mas, ao que parece, logo se retiraram dali e se dirigiram ao Ferrabraz, para se ajuntarem ao grosso dos seus.

É sabidamente, o inspetor de S. José do Hortênsio um homem decidido. Já no início dos distúrbios solicitou ele do Governo e obteve armas e munição, para a autodefesa e a da gente paroquial do Rev. Pe. Blees. Fez ele prender as mulheres e os filhos dos Mucker, sendo as mesmas 29 pessoas ao todo. A 30ª, um homem, veio livremente apresentar-se e agora também se acha retida.

Mas os próprios colonos, a partir de sua indignação, ali passaram a incendiar e destruir todas as casas residenciais dos Mucker. O Rev. Pe. Blees aceitou diversas das famílias em questão na sua canônica. Quase todas as famílias restantes, para não se acharem, em seu isolamento no lote colonial, expostas de contínuos assaltos, trataram de migrar para perto da igreja paroquial dali.

Precisamente agora veio também de Mundo Novo (hoje Taquara!), uma colônia situada mais ao norte do Rio dos Sinos, mais ou menos umas seis horas (a cavalo) daqui, a nova de que hajam sido assassinadas ali pelos Mucker 18 pessoas, sendo que, outrossim, destes três teriam sido mortos. Houve, para além disso, não poucos incêndios criminosos. Mas esta notícia ainda exige confirmação. Como vê o senhor, há em toda a parte morticínios e incêndios.

Neste meio tempo prenderam-se também aqui e nos arredores a diversos Mucker com as suas respectivas famílias, e até os ao menos suspeitos de "muquerismo", ou de inclinação para a seita, nisso foram incluídos.

A tropa militar que se achava não pouco abatida desde o revés do 1° choque, ocorrido no dia 28 de junho com os Mucker bem providos de armas e munição, bem como fortificados e entrincheirados na vizinhança de seu local de reunião, agora se acha acampada cerca de duas horas dali e não se atreve a fazer novo ataque antes de recebidos reforços. Estes, que vêm a ser militares mais treinados e já combateram no Paraguai, estão sendo esperados a cada dia.

Para cúmulo do azar vem precisamente agora o informe de um conflito entre o comandante da frotinha brasileira em Itaqui e o do lugar fronteiriço Alvear, na Argentina, contra o qual o bombardeio já começou. Mas em breve, novamente foi suspenso, uma vez que os fautores do conflito a serem extraditados fugissem para solo argentino. Trata-se de uma questão que bem pode suscitar o choque, há muito tempo ameaçado, dos dois países vizinhos.

Neste caso a tropa militar, que aqui se encontra para a defesa contra os Mucker, certamente teria de mover-se para a fronteira, e assim os nossos colonos estariam reduzidos à auto-defesa. Sabe o Bom Deus quando e como o episódio por fim irá terminar. Começamos amanhã na Igreja Matriz um tríduo, sendo para pedirmos a Deus um desfecho feliz e uma próxima volta à tranqüilidade e ordem, dado que nas condições vigentes, dificilmente se trabalha, e transporte e negócios têm de parar.

Entende-se com isso que os estudos colegiais estejam sofrendo grande estorvo, e ainda mais facilmente se entende que os pais, angustiados e alarmados, queiram ter os filhos perto de si. As Irmãs de São Francisco ("Sancti Francisci", no original!) já fecharam, na última semana, seu colégio e as aulas, visto que não mais puderam reter as meninas, que são de índole mais medrosa. Os pais dos nossos alunos quiseram tirar, outrossim, a diversos dos nossos internos, mas conseguimos demovê-los, retendo a todos os meninos, exceptuados dois. Assim, ao menos por enquanto, as aulas seguem a sua rotina de sempre.

Nossos alunos ainda se acham bem-humorados, e dispostos até a marcharem contra os Mucker. Na verdade, de momento pouco há a temermos pela nossa cidade, sobretudo desde que a ocupação militar nos concedeu a tripulação de um dos vapores de guerra, que aqui chegou na noite do dia 30 de junho e exatamente lançou as âncoras no rio defronte ao nosso colégio. O sinal de sua vinda, dado por um potente tiro de canhão, apaziguou os ânimos então ainda bastante excitados, tirou-lhes o medo e tudo se acha agora no respeito devido.

Nota de pós-escrito do tradutor.

Depois de feita e revista esta versão vernácula, voltamos mais uma vez ao texto original alemão, que revela bom nível estilístico e critério sadio. Salvo melhor juízo, a gênese e evolução da nova seita aí está traçada em poucas páginas, sendo difícil encontrá-las com tanta clareza em outros documentos de espaço tão reduzido. A cultura, posição e objetividade do autor nos garantem estarmos, em seu relato sucinto, diante de um dos melhores documentos da fase próxima do descalabro trágico dos Mucker.

Percebe-se também que o Pe. A. Lohmann, S.J. tenha experiência jornalística, sendo de certo um dos responsáveis da folha local "Deutsches Volksblatt" de então. Pena que a coleção desse jornal, enquanto diz respeito aos anos de 1871 a 1890, hoje não mais exista, por se terem encinerado os "intocáveis" no incêndio de "A Nação" em 1957! Com isso se perdeu uma das fontes para os mais diversos efeitos de pesquisa, não em último lugar para a dos Mucker. Cremos que a própria correspondência, mencionada na carta e recebida pelo padre desde São José do Hortênsio,RS, ao depois tenha aparecido também no jornal em pauta.

O Pe. Ambrósio Schupp, S.J., vindo a S. Leopoldo,RS uns poucos meses após a catástrofe do Ferrabraz, pôde servir-se dessa fonte, bem como de informantes tão qualificados, como os PP. Lohmann e Müsch. Assim, o 1° livro elaborado sobre "Die Mucker", para além de historiográfico, patenteia-se antes de tudo em vasto documento, cujo valor perdura até hoje, 120 anos mais tarde.

CEM ANOS DO CERCO DE BAGÉ

Tarcísio Antônio Costa Taborda

I

Quando eclodiu a Revolução Federalista, a Guarnição de Bagé se constituía do 4° Regimento de Artilharia e do 5° Regimento de Cavalaria. Por outro lado, civis eram arregimentados pelo Intendente Municipal, coronel Antônio Xavier de Azambuja, constituindo a Guarda Cívica; a Guarda Aduaneira deixava suas funções precípuas para se colocar na defesa do Governo Federal e alguns chefes locais arregimentavam vizinhos e empregados para ficarem alertas contra o inimigo.

Em 6 de março de 1893, chega de Ouro Preto, Minas Gerais, o 31° Batalhão de Infantaria, sob as ordens do tenente-coronel Carlos Maria da Silva Telles, que, como oficial de maior patente, assume, também, o comando da Guarnição de Bagé.

Como o ciclo da Revolução se iniciara sobre a fronteira de Bagé, outros corpos para aqui afluíram, como o 11° Batalhão de Infantaria, vindo do Ceará, sob o comando do tenente-coronel Pedro Paulo da Fonseca Galvão. Era esse contingente engrossado, ainda, com os 13°, 28° e 12° Batalhões de Infantaria, assim como dos 6° e 11° Regimentos de Cavalaria, e um Corpo de Transporte, que daqui partia, apoiado por forças civis, para enfrentar os federalistas, que agiam na região da campanha.

Muitas dessas unidades, depois de partirem de Bagé para as ações designadas, não retornavam, tomando o destino que a guerra exigia.

Embora as ações iniciais da Revolução tenham sido nas cercanias de Bagé, exigindo dos defensores do governo a mais absoluta atenção, com a marcha da coluna de Gumercindo Saraiva para o norte, ela se espraiou por todo o Rio Grande do Sul.

Após os combates de Inhanduí e Upamaroti, em que a vitória não sorriu para nenhum dos contendores, e pela falta de recursos para continuar em ação, o general João Nunes da Silva Tavares se retirou para o Uruguai, com o objetivo de refazer sua gente e retornar após a estação invernosa. O Governo Federal, contudo, dando ampla cobertura a Júlio de Castilhos, pediu à República Oriental do Uruguai que procedesse ao internamento dos emigrados brasileiros, que estavam na fronteira daquele país, pondo em risco a segurança brasileira.

Sabedores das providências para a execução dessa exigência de Floriano, os federalistas trataram de se organizar com a maior rapidez e retornar ao Brasil. Esse retorno dos emigrados, tendo à frente o general João Nunes da Silva Tavares – Joca Tavares – ficou conhecida como a segunda invasão e aconteceu em princípios de agosto de 1893.

Estabelecendo o seu Quartel-General na região do Piraí, nas cercanias do Passo do Viola, o chefe militar dos federalistas deu início às gestões para distribuir sua gente nos matos das fazendas das cercanias, ao mesmo passo que multiplicava apelos para o recrutamento do maior número possível de correligionários, visando a dar início às operações militares. Embora falto de recursos pecuniários, sem arreios, sem armas, com pouquíssima munição e quase nenhum cavalo, deu início aos contatos para suprir de tudo os que o acompanhavam, transformando-os num verdadeiro exército.

II

As arbitrariedades que se praticavam por todo o Estado, o regime político implantado pela Constituição Estadual de 14 de julho de 1891, a ditadura de Júlio de Castilhos, exaurindo a oposição, que não tinha oportunidade para se representar e manifestar, tudo fazia com que se ampliassem as simpatias à causa dos federalistas.

Além do mais, a liderança civil do Partido Federalista estava nas mãos de Gaspar Silveira Martins, que, durante o Império, tivera a chefia suprema e absoluta no Rio Grande do Sul, à frente do invencível Partido Liberal. Só seu nome já era uma legenda a empolgar os oposicionistas, que, embora oriundos também do Partido Conservador e, até mesmo, do novel Partido Republicano, como dissidentes de sua chefia, não mediam esforços para alcançar a reforma constitucional do Estado. Os ideais que os uniam estavam expressos no manifesto de 15 de março de 1893:

> "O objetivo dos revolucionários rio-grandenses não é a restauração da monarquia, é libertar o Rio Grande da tirania que há oito meses o oprime, restabelecendo a garantia de todos os direitos individuais, é acabar com o regime das perseguições, da violência, do latrocínio, do saque e do assassinato oficial, que desgraçadamente tem sido apoiado pelo governo do marechal Floriano."

Para o Espantoso, Igrejinha, Passo do Viola, São Luiz, vão-se dirigindo aqueles que querem se incorporar ao Exército Federalista. São alunos do Colégio Militar de

Porto Alegre, são oficiais que servem na Guarnição de Bagé, são cidadãos que querem lutar pelos direitos que estão sendo negados pelos governantes, conforme alegam em seus manifestos de adesão.

Em 22 de outubro de 1893, desde o acampamento às margens do Piraí, os ex-alunos do Colégio Militar do Rio Grande do Sul, Lannes de Lima Costa, Raphael Bandeira Teixeira, Antônio Abreu e Lima, Benito Silva Ejalde, Orozimbo Correia Lírio, Djalmo Fontoura, João Monte-Christo Martins e Antônio da Silveira Neto, através da imprensa, conclamam seus camaradas a cerrar fileiras com a causa revolucionária.

Um mês depois, outro grupo, composto dos tenentes de cavalaria Aristides Antônio de Almeida Rêgo, Paulo José de Oliveira e Francisco de Paula Noronha e dos tenentes de artilharia Thomaz de Aquino Carlos de Araújo, Parmênio Martins Rangel, o tenente de infantaria José Cândido Velasco, os alferes de cavalaria Lannes de Lima Costa e Leopoldo Itaquatiara de Senna, o alferes de infantaria Augusto Cândido Caldas e os alferes-alunos Luiz Torres Gonçalves e Joaquim Torres Gonçalves, envia manifesto aos colegas da Guarnição de Bagé, para que viessem integrar o "Exército Libertador", às margens do Piraí.

A este último, veio a resposta, tida por "concisa e atrevida" nos seguintes termos: "O coronel Carlos Telles, respondendo ao apelo que do Piraí foi dirigido aos oficiais desta Guarnição, em data de ontem, e assinada por onze indivíduos, declara por si e por seus camaradas que não toma conhecimento do mesmo apelo, porque não quer e nem deve corresponder-se com desertores do Exército. Bagé, 23 de novembro de 1893".

Mas, no Piraí, já estão concentrados David Martins, Rafael Cabeda, Ulisses Reverbel e a totalidade dos emigrados, prontos a entrar em ação.

III

Na reunião havida na Caneleira, entre os generais Silva Tavares, Marcelino Pina, David Martins e Rafael Cabeda, ficou deliberado que deveriam impedir a marcha do marechal Isidoro Fernandes de Oliveira, Comandante-em-Chefe das Forças em Operações no Estado, que vinham em direção a Bagé para juntar-se a Carlos Telles e atacar os federalistas.

Em razão disso, na tarde de 23 de novembro, a Divisão de David Martins levanta acampamento do Piraí, deixando Bagé à esquerda e a Divisão de Marcelino Pina a deixa à direita, rumo ao Quebracho, ao mesmo passo que o grosso do Exército Federalista, sob as ordens de Joca Tavares e com as colunas de Rafael Cabeda, Ulisses Reverbel, José Bonifácio da Silva Tavares e um contingente uruguaio do tenente-coronel Adão Latorre, marcham para o Rio Negro.

Os federalistas mantêm uma diminuta força, constituída das corporações do coronel Cândido Azambuja e do tenente de cavalaria, comissionado coronel Francisco de Paula Noronha, para entreter a Guarnição de Bagé.

Carlos Telles, sempre atento aos movimentos do inimigo e zelando pelo livre tráfego da estrada de ferro, freqüentemente atacada pelos federalistas, com o fito de impedir seu uso pelos republicanos, determina providências para que sejam feitos reparos nos pontos destruídos, especialmente pontes e bueiros.

O Promotor Público Antenor Soares, em seu diário, publicado pela "A Federação", entre 10 e 27 de fevereiro de 1894, anota: "No dia 25, saiu de Bagé uma força do 31° Batalhão (de Infantaria), a qual, encontrando o inimigo no Quebrachinho, com ele tiroteou valentemente, sendo por fim obrigada a retirar, sem perdas de espécie alguma, mas em virtude da esmagadora superioridade numérica dos contrários. Antes, porém, de afastarem-se (sic) os soldados do governo, assistiram com pasmo a um espetáculo repugnante e selvagem, revelador dos intuitos de completa destruição que sempre animaram as hordas do Exército Libertador. Em frente ao estabelecimento da Companhia Industrial Bageense, na Charqueada, achavam-se quatro vagões de carne salgada, prontos para serem transportados a Pelotas. Os maragatos atearam neles o incêndio e só se retiraram quando viram que as chamas tinham a presa segura, revelando o contentamento que sentiam por aquele ato de selvageria brutal, com estrepitosa expansão de doida alegria. Ainda no dia 25, saiu de Bagé força que reparou a ponte de Quebrachinho."

Antenor Soares comenta, ainda, as notícias que chegavam a Bagé, apavorada com a iminência de um ataque, sobre a situação dos seus correligionários na Estação do Rio Negro: "No dia 24, soubemos aqui a notícia de terem sido completamente sitiadas as forças do marechal Isidoro, destruída pelos revolucionários a estrada de ferro em vários pontos além do Rio Negro, de modo a não poderem receber socorro externo os infelizes que já aí se achavam condenados à sentença infame de uma horrível carnificina."

IV

O Combate do Rio Negro (I)

O marechal Isidoro Fernandes de Oliveira, logo após ser nomeado Comandante-em-Chefe das Forças em Operações no Rio Grande do Sul, esteve em Bagé, em conferência com o coronel Carlos Maria da Silva Telles, e voltou até Pelotas, tomando as providências do seu cargo e passou a concentrar sua gente na Estação de Piratini (Pedro Osório), mandando recursos para diversos pontos da fronteira e, imediatamente, tomando o rumo de Bagé, onde estava o grosso do Exército Federalista.

A vanguarda republicana era feita pelo 28° Batalhão de Infantaria, sob as ordens do tenente-coronel Donaciano de Araújo Pantoja, constituído de 15 oficiais e 226 praças. Ocupada a Estação do Rio Negro, logo chegou o Comandante-em-Chefe com seu Estado-Maior e o 1° Batalhão de Infantaria da Reserva da Brigada Militar, comandado pelo tenente-coronel Utalis Lupi.

Um pouco à frente, na Estação de Santa Rosa (Seival), as forças civis, chefiadas pelos coronéis Manoel Pedroso de Oliveira, Antero Pedroso de Oliveira e Cândido Garcia de Vasconcellos, à frente de cerca de 700 homens, davam apoio ao entrincheiramento que se levantava no Rio Negro.

No Quebracho, o Corpo de Transportes, comandado pelo major Bento Gonçalves da Silva, e uma parte do 5° Regimento de Cavalaria, tendo à frente o major Afonso Massot, procuravam o grosso da tropa.

Dia 24, a Divisão do general Marcelino Pina atacou os patriotas que compunham a força comandada por Manoel Pedroso, em Santa Rosa (Seival), forçando-a a retirar para o Rio Negro, fazendo junção com o marechal Isidoro. Ao mesmo tempo, a força que estava no Quebrachinho enfrentou um contingente federalista comandado por Boaventura Martins, havendo forte confronto, ficando gravemente ferido o major Bento Gonçalves da Silva e obrigando a retirar para Bagé na calada da noite, depois de despistar o adversário com fogos acesos.

Quando Pedroso chegou ao Rio Negro, informou ao marechal Isidoro sobre a elevada força adversária, sugerindo uma manobra para evitar o confronto. Teria, então, o marechal retrucado que, tão logo o inimigo sentisse seu cheiro haveria de fugir, inclusive insinuando haver covardia de parte do informante, o que levou o coronel Manoel Pedroso a redarguir que morreria ali, ao lado de seu chefe, combatendo o inimigo, que, pelo seu número, era imbatível.

O dia 26 foi todo ele de tomada de posições e tiroteios entre as vanguardas, com perdas para ambas.

Conta Antenor Soares em seu diário, que "a posição de nossas forças não nos pareceu bem escolhida. O reduto, de proporção exígua e oferecendo poucas condições de segurança, com trincheiras baixas e fossos pouco profundos, apresentava-se a descoberto aos fogos de duas mangueiras de pedras, à direita e esquerda, das quais o inimigo apoderou-se habilmente. Além disso, se entrincheiraram no mato e costa do Rio Negro, privando, assim, as nossas forças de lenha e água, e nos trilhos da estrada de ferro."

Wenceslau Escobar assim define o marechal Isidoro Fernandes de Oliveira: "Homem de poucas letras, mas cheio de arrogância e amor próprio, confiou demais na tradição de sua bravura e, julgando-se invencível, pensou, talvez, que só a notícia da sua aproximação faria fugir as hostes revolucionárias. Quem, entretanto, tivesse pleno conhecimento do marechal Isidoro e de sua capacidade militar, não podia esperar confiante no êxito das operações por ele dirigidas. Era valente, mas ignorante, disciplinador pelo terror, mas não pela força moral, oriunda da superioridade de um chefe inteligente e correto, indiferente ao perigo e até à grande responsabilidade de general-em-chefe, não tanto pela bravura e coragem, senão também pelo torpor de sua natureza saturada de álcool; enfim, era soldado para ser mandado, mas não para comandar exércitos, nem dirigir batalhas."

Também Múcio Teixeira, que lhe nutria grande admiração, o retrata assim: "Era de pequena estatura, como Napoleão e Bolívar, e franzinho como o imortal libertador das cinco nações continentais. A sua audácia não conhecia limites, ultrapassando muitas vezes a linha divisória traçada pelos preceitos da arte militar, que desconhecia inteiramente. Era só bravura, como Davi Canabarro, que fazia lembrar em certos lances, mas menos rude, embora não tivesse o mais rudimentar cultivo mental. Era calmo diante do perigo, transfigurando-se logo que se envolvia na ação, praticando loucuras de temeridade."

Sentindo-se cercado pelos maragatos, o marechal Isidoro, ainda de posse da estação telegráfica do Rio Negro, enviou mensagem ao coronel Carlos Telles, pedindo que lhe enviasse socorros.

Ao mesmo passo que recebia notícias da situação difícil que vivia seu superior, Telles, para ganhar tempo, prepara uma consulta, na qual analisa a situação e diz das dificuldades que enfrentariam os que saíssem da praça de Bagé, o que poria em risco a segurança da cidade.

Entretanto, ao se dirigir à estação telegráfica, as comunicações tinham sido cortadas e a situação do Rio Negro era desesperadora.

Quando amanheceu o dia 27 de novembro, tudo estava pronto para um confronto, cujo início foi dado pelos federalistas às 6 horas da manhã.

V

O Combate do Rio Negro (II)

O sol ia se levantando, quando as forças republicanas estenderam linha bem à frente de suas trincheiras, sendo logo atacadas pela frente e pelo flanco direito pela Divisão de Rafael Cabeda; pelo flanco esquerdo e retaguarda, pela Divisão de Marcelino Pina, e pela costa do arroio pelo coronel José Bonifácio da Silva Tavares e por um contingente comandado pelo tenente-coronel Adão Latorre.

O confronto dos 3.000 federalistas com os 1.000 republicanos foi dantesco.

A cavalaria, comandada pelo coronel Manoel Pedroso, com valor e denodo, fez várias cargas contra as linhas federalistas, sendo em todas repelida.

O tenente-coronel Utalis Lupi, comandando o 1° Batalhão de Infantaria da Brigada Militar, tentou desalojar os federalistas que se entrincheiravam nos aterros do leito da estrada de ferro e caiu mortalmente ferido por uma bala que lhe abriu o peito.

O terreno foi cedido palmo a palmo, até que, ao entardecer, os republicanos estavam totalmente sitiados, sem condições de qualquer movimentação dentro de suas trincheiras e de uma casa.

O tiroteio continuou intermitente noite adentro. As tentativas de furar o cerco eram inglórias.

O número de mortos já era enorme. Não havia condições para sepultá-los ou tirá-los dali.

O dia 28 amanheceu ainda sob fuzilaria. Os republicanos já dispunham de pouca munição, mas mantiveram resistência constante durante toda a manhã, até que, ao meio-dia, foi resolvido capitular.

Eis o que diz Germano Hasslocher: "Estamos no Rio Negro. Três dias de um calor sufocante, de combates incessantes, em que os raios do sol abrasador confundiam-se com os raios dos fuzis; devorados pela sede, empestados pelos cadávares de homens, mulheres e cavalos, os defensores do reduto vêem chegando o momento supremo da capitulação. O inimigo os tem presos, não há uma saída possível, todas as tentativas naufragaram diante da fuzilaria emboscada; nenhuma esperança mais sob o céu de fogo, calmo e inerte como um cadáver. O rio que corre além, com as suas águas tão límpidas, é um Argus vigilante, com mil fuzis alerta, vomitando a morte sobre quem ousa acercar-se de suas margens, arrastado pela sede torturante. A atmosfera enche-se de fumo e cheiro de podridão. Nada há mais a fazer."

O tenente-coronel Donaciano Pantoja levanta bandeira branca e vai parlamentar, pedindo garantias das vidas para os rendidos. O general Joca aceita as condições e se retira com as divisões do coronel Rafael Cabeda e general Marcelino Pina, para iniciar o cerco de Bagé, deixando a execução das medidas complementares a cargo de seu irmão, o coronel José Bonifácio da Silva Tavares.

Enquanto se faziam as tratativas da rendição, o coronel Antero Pedroso, desfazendo-se de suas vestes republicanas e vestindo um chapéu com divisa maragata, recolhido de um cadáver, entra nas fileiras do inimigo e, dirigindo-lhes palavras de incentivo ao ataque, consegue fugir dali.

Germano Hasslocher, em sua hiperbolante linguagem, diz: "Um instante mais (após a rendição) e o inimigo pisa o terreno atulhado de mortos e, espantado, recua diante do quadro que atesta o valor indômito da defesa, a pertinácia sem nome do vencido."

Havia se concluído um combate que durara dois dias e meio e uma noite por inteiro. Tinham decorrido quase 48 horas de fuzilaria intensa, cargas de cavalaria, avanços e recuos de infantaria com confrontos violentos, portanto, o número de mortos, entre homens e cavalos, era significativo. Um dos depoentes também fala nas muitas mulheres mortas – aquelas que acompanhavam os exércitos, as vivandeiras ou, mesmo, familiares dos soldados em marcha.

O general Joca Tavares, em sua parte de combate, diz: "do inimigo ficaram em campo de batalha 200 mortos mais ou menos, contando os que, em grande número, foram no mato próximo exalar o último suspiro; muitos feridos, mais de 200 cavalos mortos, etc."

Wenceslau Escobar assinala: "as perdas dos revolucionários, entre mortos e feridos, ascenderam a mais de 100 homens, figurando no número daqueles o valente major Modesto Alves, capitão Emílio Palmeiras e outros oficiais, e no número destes (feridos) o destemido tenente-coronel Francisco Cabeda, comandante do Batalhão Antônio Vargas."

O general Joca Tavares, contudo, diz: "há majores, capitães entre os 20 ou 30 mortos que tivemos, feridos como uns 30", resultando um total de 50 a 60 homens fora de combate, segundo esta versão.

Têm-se, assim, arrolados, do total de combatentes, cerca de 300 mortos, além dos cavalos e mulheres, o que representa menos de dez por cento dos envolvidos.

A parte do general Joca Tavares informa, ainda, que caíram prisioneiros: "General Isidoro, seu Estado-Maior, oficialidade do 28° e todo o Batalhão; Pedroso e sua patriotada, forças do Motta e Madruga (que não estavam presentes), Brigada Policial do Lupi, parte do Corpo de Transportes, enfim, por tudo, 700 prisioneiros, mais ou menos."

Do total de certa de 1.000 homens, que era a composição da força do marechal Isidoro, 900 estão incluídos entre os prisioneiros e mortos. Como os números são sempre seguidos do informe "mais ou menos", faltam, ainda, "mais ou menos" 100 homens. Estes seriam, no máximo, os degolados.

VI

A Degola do Rio Negro (I)

Não há quem não saiba que, depois do combate do Rio Negro, o preto oriental Adão Latorre degolou mais de trezentos pica-paus.

Essa versão corre há cem anos e ninguém se preocupou em buscar as informações das diferentes facções em luta, para conferir esse dado.

Carlos Reverbel, em seu "Maragatos e Pica-Paus", referindo-se à ação de Adão Latorre, comenta: "não é fácil degolar num dia mais de trezentos prisioneiros sem o concurso de outras facas."

Em verdade, era preciso uma agilidade inusitada e uma coleção de facas afiadas e muitos amoladores para que três centenas de degolas se fizessem numa tarde...

O caso é que a lenda de Adão Latorre e da degola do Rio Negro adquiriu foros de verdade e não há quem negue esses fatos.

Logo depois do combate do Rio Negro, essa versão foi sendo passada e quantos escreveram sobre o fato, sem conferir números e documentos, saíram a repetir a hecatombe.

Não há dúvida que o acontecido após a vitória maragata sobre os pica-paus foi inaceitável e ignaro, tanto tivessem degolado um único homem ou algumas dezenas.

O que não se pode é repetir sempre, sem buscar a verdade ou a versão mais próxima dela.

Após a rendição, feita com garantias de vida e compromisso de não retornar à guerra, os prisioneiros foram encurralados nas mangueiras de pedras que haviam servido de trincheira aos federalistas. Aí houve a degola.

Os que se evadiram o Rio Negro no momento confuso da rendição, apavorados, vendo o início das vinditas, espalharam a notícia que suas mentes faziam crescer à medida que se afastavam da cena.

É assim que chega a Bagé, cinco dias após o combate, "uma mulher do Corpo de Transportes, com a notícia de haver sido degolado o tenente-coronel Pantoja, comandante do 28° Batalhão de Infantaria", como conta Antenor Soares.

Indignado, o Coronel Carlos Telles tomou providências para verificar o ocorrido e, já no anúncio das medidas, extrapola a informação recebida e diz que: "constando por declarações feitas por mulheres e meninos vindo do Rio Negro, dos acampamentos dos revolucionários, que estes cometeram a infâmia de degolar TODAS AS PRAÇAS E OFICIAIS PRISIONEIROS, rendidos no combate do Rio Negro, não escapando à degolação os míseros feridos soldados do 28° Batalhão de Infantaria e o seu comandante, tenente-coronel Donaciano de Araújo Pantoja", determina que uma missão médica vá ao local.

No regresso, vem a negação dos fatos com a seguinte "Declaração – Nós, abaixo assinados, oficiais do 28° Batalhão de Infantaria, atualmente prisioneiros de guerra, declaramos ao coronel comandante do 31° Batalhão de Infantaria da Guarnição de Bagé, Carlos Maria da Silva Telles, o seguinte: 1° – dos oficiais que se renderam, apenas um está ferido, o Alferes Laurindo Vieira; 2° – o 28° Batalhão está em sua quase totalidade reunido (as praças), formando um corpo à parte, que nos consta denominar-se Batalhão Ernesto Paiva ou Rio Negro; 3° – que todos do 28° (oficiais e praças) temos sido tratados bem, não o sendo melhor atentas as circunstâncias que atuam, aliás, nas forças em geral; 4° – que nenhum de nós foi degolado e nem disso temos ouvido tratar que se cogite; 5° – que, finalmente, entregamos mais ou menos 30.000 cartuchos, compreendendo a munição que traziam os soldados em bolsa. Charqueada do Quebracho, 4 de dezembro de 1893." Seguem-se as assinaturas do tenente-coronel Donaciano de Araújo Pantoja e mais onze oficiais, entre major, capitão, tenentes e alferes.

Por seu turno, a comissão médica, constituída dos doutores Pedro Osório e Veríssimo Dias de Castro e farmacêutico Amado Loureiro de Souza, informava "ter encontrado no hospital de sangue na Charqueada, 52 feridos prisioneiros, bem tratados e medicados segundo as circunstâncias permitem, pertencentes às forças do governo, sendo 12 do 28° Batalhão e o restante das brigadas civis e militares do Estado."

Dos mais ou menos 100 homens que poderiam ter sido degolados, devemos excluir agora esses 52, que estão feridos na Charqueada, e como é certo que houve evadidos, o número de degolados vai se reduzindo.

VII

A Degola do Rio Negro (II)

Pessoas como Antero Pedroso fugiram do Rio Negro após a rendição, assim como o "empregado da Guarda-Fiscal de Sant' Ana, de nome José Flores Corrêa, que servia às ordens do marechal Isidoro, "conforme conta o coronel Carlos Telles", ou como "um outro grupo, talvez de duzentos patriotas, (que) tentou a passagem de uma estreita picada no Rio Negro, mas, sendo pressentido pelo inimigo, viu-se cortado, conseguindo apenas passar uns 40, que se dirigiram para as Palmas e outros pontos", como diz Antenor Soares, ou, ainda, o capitão Vicente Álvares, preso no Rio Negro, segundo narra seu neto o general Obino Lacerda Álvares, que foge à noite, montado em uma pequena égua baia.

Há, ainda, o caso do tenente Duduca Vaz, que foi retirado da mangueira por um chefete federalista, em reconhecimento a uma atenção recebida.

São, agora, menos de "mais ou menos" 48 os prováveis degolados. Acrescente-se que "no dia 30 de novembro continuaram a chegar aqui fugitivos e dispersos, aliás em pequeno número", ainda no dizer de Antenor Soares.

Houve, é verdade, uma onda de boataria sobre a degola, que, até hoje, pesa sobre o nome do tenente-coronel Adão Latorre e o combate do Rio Negro.

Impreciso, contudo, é o seu número, que, como vimos, pelo efetivo das forças, não deve ter alcançado as alegadas centenas.

Sabe-se, com certeza, que foram degolados Manoel Pedroso de Oliveira, o tenente-coronel Cândido Garcia de Vasconcellos, o major Ismael Franklin Proença, o capitão Acácio Garcia, o major Martimiano Moraes, Ulisses Torres, um velho Florindo, Cirilo e Claro Souto, o capitão Filisbino dos Passos, o alferes João de Castro, ao todo 12 pessoas das forças civis, pois seus nomes ou foram referidos em documentos coevos, ou nos autores citados, ou localizados nos registros de óbitos de Piratini, Pinheiro Machado e Bagé. Outros estão inominados.

"O tenente de Patriotas Lúcio Camilo Veiga, de Cacimbinhas, suicidou-se para não ficar prisioneiro", conta Jorge Reis.

Houve, ainda, o fuzilamento dos tenentes Horácio de Castro Canto e Melo e Inácio da Fontoura Parrot, por protestar contra as degolas. Eram do 28° Batalhão de Infantaria.

Vimos que, da oficialidade do 28°, constituída de quinze oficiais, além de seu comandante, depois do combate onze assinam a declaração antes mencionada, dois

foram fuzilados, um fora ferido e um viajou a Porto Alegre (alferes Antônio Francisco de Aragão Sobrinho), em acordo dos comandos, para propor troca de prisioneiros. Assim, os oficiais do 28°, treze e seu comandante, estavam como no começo do combate.

O chamado massacre do Rio Negro, hediondo pelo que ali foi praticado, não teve os centenares de degolados, como se vem afirmando há um século, ainda que não se possa saber um total preciso de suas vítimas.

Uma ou várias dezenas, a degola é a dolorosa chaga da Revolução e da vitória alcançada no Rio Negro.

Antenor Soares conta: "Há mais de 50 dias que se deu a hecatombe e, a 22 de janeiro, indo eu ao sítio do combate, contei, ainda insepultos, 30 cadáveres, QUASE todos degolados, e nas mais expressivas contorsões de angústia e desespero. Soube que há ali sangas literalmente cheias de corpos, mas um sentimento de invencível repugnância, uma dor cruciante, pelo desespero e pela indignação, vetaram-me o ir presenciar mais esse medonho e terrificador espetáculo."

O coronel João César Sampaio, dizendo reportar-se a documento dos oficiais do 28°, diz que "foram degolados 36 oficiais do coronel Pedroso e da Brigada Militar, assim como uns trezentos soldados do 28°, da Brigada e das forças de Pedroso."

Há, aí, contudo, flagrante contradição com o que diz o coronel Pantoja, que afirma não ter nenhum degolado do 28°, como já vimos. E acrescenta o coronel Sampaio: "Passamos no Rio Negro, quando em marcha para levantar o sítio de Bagé – um mês e onze dias depois da rendição das forças legais que aí combateram. Pois lá tivemos ocasião de ver, ainda insepultos e amontoados nas sangas, os cadáveres das vítimas de tão cruéis atrocidades, estando alguns em promiscuidade com os de animais cavalares. Não os contamos, nem dispusemos de tempo para fazê-lo, mas, a opinião geral foi que iam muito além de trezentos."

Ora, se o coronel Sampaio calculou que os mortos iam além de trezentos, as cartas de Joca Tavares e sua parte de combate estão certas: entre combatentes e degolados esse foi o total de mortos, sabendo-se, como já vimos, que a grande maioria morreu durante os confrontos, que duraram três dias e uma noite.

O tenente-coronel Adão Latorre é apontado como o algoz dessas pobres vítimas do ódio, mas o preto Nicolau Rodrigues, que, aos 17 anos, esteve prisioneiro no Rio Negro, integrando a coluna civil comandada por João Madruga e constituída de gente de Cacimbinhas, disse que "quatro castelhanos eram os degoladores, pertenciam ao major Ribeirinho, de Sant'Ana do Livramento."

O tenente-coronel Adão Latorre é, ainda, um mito que precisa ser estudado.

A degola do Rio Negro ainda é exasperadora execração aos federalistas.

A Revolução de 1893 recém começa a ser desvendada.

Passados cem anos, os que não querem repetir têm difuculdades em esclarecer os fatos, impondo-se a lenda sobre a verdade.

Nota: TARCÍSIO TABORDA E O COMBATE DO RIO NEGRO

O centenário da eclosão da Revolução Federalista trouxe à baila, novamente, o célebre combate do Rio Negro e as degolas que se lhe seguiram.

Entretanto, ainda não foi dessa vez que o secular e mal afamado episódio ficou esclarecido. Pelo contrário, para aumentar a controvérsia, surgiu até a fantasiosa versão de que seria uma desforra da Revolução Farroupilha, pretendendo-se que os degolados do Rio Negro fossem descendentes dos vitoriosos do Seival e os seus algozes, dos derrotados de então.

Não bastasse isso, apelou-se para a repetição monocórdia das cifras dos imolados, 400, 300, 333...

Estaríamos, assim, frente ao "maior massacre da História Militar do Brasil".

Em face de tantas versões e deformações, Tarcísio Taborda lançou-se à sua reconstituição crítica.

Magistrado, professor, historiador, detentor de precioso acervo documental, organizador de três simpósios sobre a Revolução Federalista e profundo conhecedor da história da região, Tarcísio Taborda dedicava-se a esta tarefa quando sobreveio o seu trágico falecimento.

Pôde, entretanto, publicar uma série de artigos no "Correio do Sul" de Bagé, entre 23 de novembro e 22 de dezembro de 1993.

Ainda que incompleta, a série representa importante contribuição para o esclarecimento dos fatos que antecederam o sítio de Bagé.

Trazendo à luz depoimentos inéditos ou pouco conhecidos, comparando cifras, desmentindo lendas, relacionando mortos, em esforço paciente e bem documentado, conseguiu reduzir o Rio Negro às suas verdadeiras proporções, sem negar-lhe a brutalidade, que, de resto, acompanhou tantos outros episódios e maculou outras tantas reputações, inclusive fardadas.

Ultimamente, Tarcísio trabalhava na revisão e complementação da pesquisa, pois novos e importantes elementos haviam surgido, conforme atesta a nossa correspondência.

Entre eles, a fé-de-ofício do tenente-coronel Adão Latorre no "Exército Blanco", desde o seu ingresso, aos 16 anos, como simples soldado, até às vésperas da vinda para participar da Revolução Federalista. Sua atuação nos entreveros da política uruguaia e as promoções até o posto de tenente-coronel desmentem a versão corrente de que seria um simples peão dos Tavares, relegado à tarefa de degolador. Versão esta que Carlos Reverbel já contestara em artigos na imprensa e no livro "Maragatos e Pica-Paus".

Aliás, leitura mais atenta dos opúsculos de autoria dos coronéis Carlos Telles e João César Sampaio, que mantiveram azeda polêmica sobre suas atuações na guerra civil, mostraria Adão Latorre entre os principais chefes em operações na região de Bagé, ao lado de Zeca Tavares.

Igualmente importante e capaz de influir na revisão da questão dos prisioneiros mortos, é o depoimento do coronel João Francisco Pereira de Souza. Por ele sabe-se que, pelo menos três oficiais, os tenentes Horácio de Castro Canto e Melo, Inácio da Fontoura Parrot e o alferes Napoleão Cavalcanti, não foram mortos no Rio Negro e sim, três meses após, no combate de Sarandi (28 de fevereiro de 1894), vencido por João Francisco.

Finalmente e reforçando a suposição de que as degolas do Rio Negro teriam sido um "acerto de contas" com alguns caudilhos republicanos, comandantes de "patriotas" e acusados de ladrões e assassinos pelo general João Telles, foi o macabro "aparte" realizado depois do combate. Além dos militares regulares do Exército e da Brigada Militar inúmeros civis foram poupados e os nomes de alguns chegaram até nós. É o caso dos "patriotas" Celso Pereira das Neves, Florisbelo José da Fonseca, Lindolfo Fonseca e seus companheiros, todos de Canguçu, conforme depoimento do Sr. Waldemar Fonseca, ex-prefeito daquele município e neto de Florisbelo José.

Sobre estes e outros dados trabalhava Tarcísio Taborda, que, em seu último cartão confessava-se "muito grato pelas achegas que vêm enriquecer meus levantamentos sobre o Combate do Rio Negro. Estou complementando, revendo algumas falhas da versão inicial, enfim, revisando com a ajuda dos amigos para a publicação final".

É esta versão inicial, com o título de "Cem Anos do Cerco de Bagé", que a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul reedita em homenagem póstuma ao seu dedicado membro efetivo Tarcísio Antônio Costa Taborda.

Coralio Bragança Pardo Cabeda